JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.08.16 06:27:48 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 16 de agosto de 2023 • Nº 1624 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CÂMARA

Atrito entre Lira e Haddad já afeta arcabouço

O relator do projeto do novo arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), disse que a votação da proposta foi adiada novamente e não será feita mais nesta semana. O movimento complica a vida do governo na elaboração da proposta de Orçamento, que depende das novas regras e precisa ser enviada até o fim do mês ao Congresso. A previsão é que na próxima segunda-feira o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reúna-se com líderes da Casa e técnicos do Ministério da Fazenda para debater as mudanças que o Senado fez no texto do arcabouço. A reunião estava prevista para a última segunda-feira e foi adiada após a declaração do ministro Fernando Haddad (Fazenda) criticando o tamanho do poder da Câmara, o que gerou ruídos entre líderes da Casa. PÁGINA 2

INFLAÇÃO

Preços sobem para famílias ricas e caem para os pobres

O indicador que mede a variação dos preços dos bens e serviços mais consumidos pelas famílias pobres no Brasil teve deflação (queda) em julho, apontou ontem) o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). A situação destoa da verificada entre as famílias com renda considerada média ou alta, segundo o instituto. Nesse caso, houve avanço do indicador de preços (inflação) em julho. O levantamento do Ipea divide a população em seis grupos, de acordo com os rendimentos domiciliares. Entre as famílias com renda considerada muito baixa (inferior a R$ 2.015,18), a deflação chegou a -0,28% em julho. Foi o maior recuo entre os seis grupos pesquisados. A queda dos preços de alimentos consumidos no domicílio, diz o instituto, ajudou a provocar a deflação para as famílias com renda mais baixa. Proporcionalmente, a compra desses produtos impacta mais o orçamento dos mais pobres. PÁGINA 2

ENERGIA

PF e Abin podem investigar apagão que afetou 25 estados

JOÉDSON ALVES/ABRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (**foto**), disse ontem que a interrupção no fornecimento de energia elétrica registrada pela manhã em todas as regiões do país foi um evento extremamente raro. Por isso, além das apurações internas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foi solicitado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também investiguem com detalhes as causas da falta de energia. "Tenho absoluta convicção de que o ONS, até pela sua característica técnica, não vai ter condição de dizer textualmente se esses eventos foram eminentemente técnicos, ou se houve também falha humana ou até dolo", disse o ministro, lembrando que o setor é altamente estratégico, sensível e fundamental. PÁGINA 2

GUERRA

Chefe da Otan pede que Ucrânia ceda terra à Rússia

PÁGINA 8

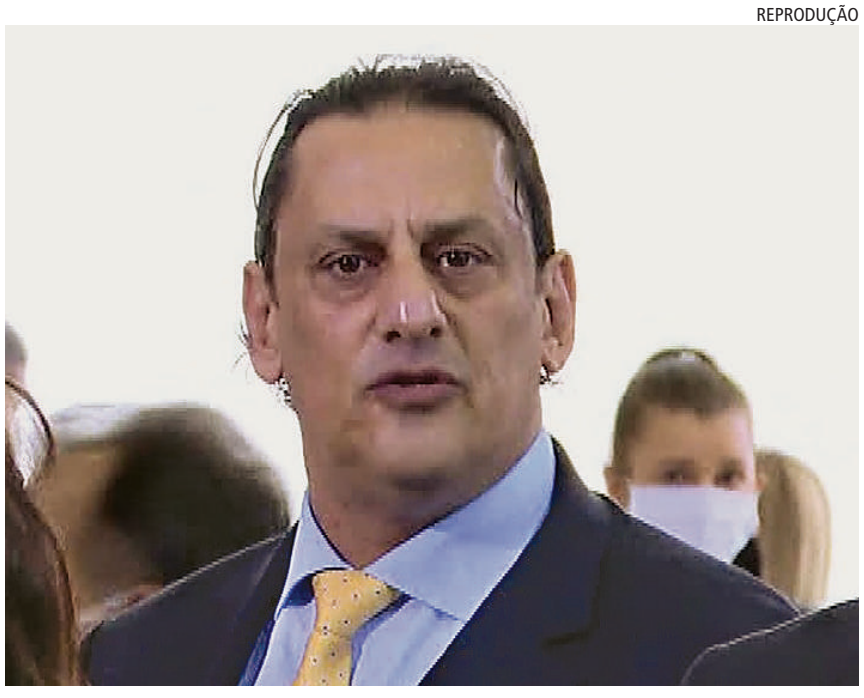
FGV

Atividade econômica cresce 0,2% no 2º trimestre

PÁGINA 2

ALIADOS DE CRIME

REPRODUÇÃO



Wassef confirma que comprou Rolex nos EUA para 'livrar' Bolsonaro

O advogado Frederick Wassef (**foto**) afirmou ontem que comprou nos Estados Unidos, com a intenção de entregar às autoridades do governo brasileiro, um relógio dado de presente ao ex-presidente Jair Bolsonaro, mas ressaltou que a decisão foi pessoal e lícita. Wassef mudou de tom em relação à declaração dada, por meio de nota, no último fim de semana, quando afirmou que era alvo de mentiras e de uma "campanha de fake news". Na ocasião, ele não mencionava sua participação na compra do relógio. O advogado, que defende o ex-presidente em alguns processos na Justiça, foi um dos alvos de operação da Polícia Federal na última sexta-feira deflagrada para apurar um esquema de venda de joias recebidas no governo anterior. PÁGINA 8

INDICADORES

IBOVESPA: -0,55% / 116.171,42 / -638,13 / Volume: R$ 26.945.414.331 / Negócios: 4.325.842

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
VIBRA ON NM	17.62	+7.77	+1.27
BRF SA ON NM	10.53	+6.90	+0.68
GRUPO NATURAON NM	18.09	+5.48	+0.94
YDUQS PART ON NM	21.41	+4.29	+0.88
IRBBRASIL REON NM	39.56	+1.80	+0.70

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
GOL PN N2	8.19	–12.50	–1.17
AZUL PN N2	15.85	–6.60	–1.12
PETZ ON NM	5.34	–4.13	–0.23
MELIUZ ON NM	7.680	–4.00	–0.320
CVC BRASIL ON NM	2.51	–3.83	–0.10

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	30.86	+0.72	+0.22
VALE ON EJ NM	61.29	–0.99	–0.61
ELETROBRAS ON N1	35.15	–3.43	–1.25
ITAUUNIBANCOPN N1	27.09	–0.55	–0.15
LOCALIZA ON NM	64.99	+1.12	+0.72

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.946,39	-1,02
NASDAQ Composite	13.631,046	-1,14
Euro STOXX 50	4.286,99	-0,91
CAC 40	7.267,7	-1,10
FTSE 100	7.389,64	-1,57
DAX 30	15.767,28	-0,86

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (02/08)	13,25%
Poupança 3 (16/08)	0,6882%
TR (16/08)	0,1873%
IGP-M	-0,72% (jul.)
IPCA	0,12% (jul.)
CDI (02/08)	13,15%
OURO BM&F/grama	R$ 309,96
EURO Comercial	Compra: 5,4376 Venda: 5,4382
EURO turismo	Compra: 5,4935 Venda: 5,6735
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9812 +0,67%
DÓLAR comercial	Compra: 4,9862 Venda: 4,9868
DÓLAR turismo	Compra: 5,0046 Venda: 5,1846

Economia

MERCADOS

Bolsa cai puxada por Eletrobras e Vale; dólar sobe 0,43%

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) registrou seu 11º pregão seguido de queda pressionada por baixas de Vale e Eletrobras. O Ibovespa (Índice Bovespa) recuou 0,55% ontem, encerrando a sessão aos 116.171 pontos.

Já o dólar subiu no Brasil e no exterior, ainda apoiado pela desaceleração da economia chinesa, e fechou o dia cotado a R$ 4,9867, numa alta de 0,43%.

As negociações de ontem foram contaminadas por dados econômicos divulgados pela China, que vieram piores do que o esperado. As vendas do setor de varejo no país em julho subiram 2,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto economistas ouvidos pela Reuters esperavam elevação de 4,5%. Já a produção industrial chinesa teve alta de 3,7%, ante projeção de 4,4%.

Os números somam-se à série de estatísticas frustrantes sobre a economia chinesa que vem gerando temores no mercado.

Após os dados de produção industrial, a China decidiu cortar as taxas de juros do país para estimular a economia. Alguns analistas afirmam, no entanto, que será necessário mais suporte, e a pressão por novos estímulos do governo ganha mais força.

Nos Estados Unidos, por sua vez, as vendas ao varejo no mês passado tiveram desempenho mais forte dos que as projeções. Com isso, os principais índices acionários americanos caíram: o S&P 500, o Dow Jones e o Nasdaq recuaram 1,16%, 1,02% e 1,14%, respectivamente.

Na Bovespa, a Vale seguiu fazendo pressão nos negócios e registrou queda de 1,26% em meio aos temores sobre a China, mesmo em dia de alta do minério de ferro no exterior.

A Eletrobras também foi uma das principais baixas, com queda de 3,54% após seu presidente, Wilson Ferreira Junior, ter renunciado ao cargo na noite de segunda-feira passada.

A maior queda, no entanto, foi da Gol, que afundou 12,5% após sofrer um corte de recomendação de compra pelo Citi. A Azul aparece logo em seguida, com recuo de 6,60%, e baixas de Petz (4,13%), CVC (3,44%) e Méliuz (3,75%) completam o ranking de maiores tombos do dia.

ENERGIA

PF e Abin devem investigar apagão que afetou 25 estados

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse ontem que a interrupção no fornecimento de energia elétrica registrada pela manhã em todas as regiões do país foi um evento extremamente raro. Por isso, além das apurações internas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foi solicitado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também investiguem com detalhes as causas da falta de energia.

"Tenho absoluta convicção de que o ONS, até pela sua característica técnica, não vai ter condição de dizer textualmente se esses eventos foram eminentemente técnicos, ou se houve também falha humana ou até dolo", disse o ministro, lembrando que o setor é altamente estratégico, sensível e fundamental para a sociedade brasileira.

O governo já sabe que houve na manhã de hoje uma sobrecarga em uma linha de transmissão de energia no Ceará, o que fez com o que o sistema entrasse em colapso nas regiões Norte e Nordeste. Quando isso ocorreu, o ONS modulou a carga que estava sendo enviada para o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste, como forma de proteção, o que fez com que a energia fosse reduzida nessas regiões. Houve pelo menos 16 mil megawatts (MW) de interrupção de energia.

Segundo o ministro, o ONS ainda irá avaliar se houve outro evento no mesmo horário, em outro local do país. "O único evento que se pode afirmar é esse no Ceará. Ainda não há outro evento apontado pelo ONS, mas leva-se a presumir que tivemos um segundo evento que causou esse evento dessa magnitude", disse. Silveira pontuou que o país trabalha com um sistema de energia redundante e, para que tenha havido uma interrupção dessa magnitude, devem ter ocorrido dois eventos ao mesmo tempo. Alexandre Silveira citou os casos de ataques a torres de transmissão de energia registrados em janeiro deste ano.

"Graças à robustez do nosso sistema, para que haja um evento dessa magnitude, há de se haver uma redundância de fatos relevantes", disse. A previsão é que, em 48 horas, o ONS aponte o que fez com que o sistema tivesse tido essa interrupção.

Segundo o MME, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste a energia voltou cerca de uma hora depois da interrupção e, no Norte e no Nordeste, o fornecimento foi completamente restabelecido às 14h49.

O ministro explicou que o ocorrido hoje não tem nada a ver com o suprimento e a segurança energética do Brasil. "Vivemos um momento de abundância nos reservatórios", destacou Silveira, lembrando que recentemente o Brasil exportou energia para a Argentina quando os reservatórios de Itaipu e Furnas estavam vertendo água.

A queda de energia atingiu 25 estados e o Distrito Federal. O único estado que não foi afetado foi Roraima, que não é integrado ao Sistema Interligado Nacional. Cerca de 27 milhões de pessoas foram atingidas, o que representa um terço dos consumidores brasileiros.

Durante a entrevista coletiva, o ministro fez críticas à privatização da Eletrobras, que detém a maior parte da geração e transmissão no Brasil. "Eu seria leviano em apontar que há uma causa direta [desse evento] com a privatização da Eletrobras. Mas a minha posição sempre foi a de que um setor como este deve ter uma mão firme do Estado brasileiro, como saúde, segurança e educação", disse.

CÂMARA

Crise de Lira com Haddad adia novamente votação de arcabouço

O relator do projeto do novo arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), disse que a votação da proposta foi adiada novamente e não será feita mais nesta semana. O movimento complica a vida do governo na elaboração da proposta de Orçamento, que depende das novas regras e precisa ser enviada até o fim do mês ao Congresso.

A previsão é que na próxima segunda-feira o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reúna-se com líderes da Casa e técnicos do Ministério da Fazenda para debater as mudanças que o Senado fez no texto do arcabouço.

A reunião estava prevista para a última segunda-feira e foi adiada após a declaração do ministro Fernando Haddad (Fazenda) criticando o tamanho do poder da Câmara, o que gerou ruídos entre líderes da Casa.

O governo tenta articular com a Câmara a conclusão da votação do novo arcabouço fiscal desde julho, mas, por falta de acordo político, os deputados seguem impondo reveses ao presidente Lula (PT).

O centrão, grupo liderado por Lira, já usava a votação do arcabouço para pressionar Lula a concluir a reforma ministerial que abrirá espaço para o PP e o Republicanos no primeiro escalão do governo.

Na segunda-feira passada, foi divulgada uma entrevista em que ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse que a Câmara dos Deputados "está com um poder muito grande". Isso azedou o clima político e obrigou o ministro a dar explicações.

Uma reunião de líderes da Câmara, prevista para tentar destravar a votação do novo arcabouço fiscal, foi cancelada diante do clima desfavorável. O encontro seria na noite desta segunda.

Cajado afirmou ontem que a reunião foi transferida para a próxima segunda-feira. Portanto, um adiamento de uma semana. Ele nega que a fala de Haddad tenha gerado um mal estar com a Câmara.

Porém, pessoas que estiveram no almoço entre Lira, Cajado e líderes confirmaram que a declaração do ministro ainda não foi superada e, por isso, não há clima para a Câmara votar um projeto essencial para os planos de Haddad.

FGV

Atividade econômica no país cresce 0,2% no segundo trimestre

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A atividade econômica do país cresceu 1,3% em junho, na comparação com maio. No segundo trimestre do ano, a economia brasileira teve alta de 0,2%. Os dados foram divulgados ontem pelo Monitor do PIB da Fundação Getulio Vargas (FGV). O indicador mostra a prévia do Produto Interno Bruto (PIB, todos os bens e serviços produzidos no país).

No primeiro trimestre, o Monitor do PIB apontou um crescimento de 2% (valor revisado). "Após o forte crescimento registrado no primeiro trimestre do ano, a atividade econômica mostrou desaceleração. Apesar da forte retração registrada pela agropecuária, os modestos crescimentos do setor industrial e de serviços colaboraram para o resultado positivo de 0,2% no segundo trimestre", explicou Juliana Trece, coordenadora da pesquisa.

"Em linhas gerais, esse resultado mostra uma certa resiliência da economia, que segue em terreno positivo mesmo com grande parte do bônus da agropecuária tendo se reduzido. Por outro lado, esse fraco crescimento também ilustra a pouca capacidade de reação da economia para crescer de forma mais robusta em um ambiente de baixo investimento, juros altos e elevado grau de endividamento das famílias", disse.

INFLUÊNCIAS

Ao detalhar o resultado, a FGV identifica uma alta de 2,3% no consumo das famílias no segundo trimestre. Esse crescimento tem se reduzido desde o fim de 2022. A menor contribuição do consumo de serviços e de produtos não duráveis é a principal razão para essa desaceleração.

A formação bruta de capital fixo - indicador que reflete o nível de investimento, como aquisição de máquinas e equipamentos - teve retração de 2,5% no trimestre.

As exportações de bens e serviços cresceram 14,1% no segundo trimestre. Praticamente todos os componentes das vendas para o exterior cresceram no período, mas apenas dois explicam a maior parte do resultado: produtos agropecuários (30,1%) e minérios (23,8%) foram responsáveis por cerca de 80% do desempenho.

Pelo lado das importações, o crescimento foi de 6,8% no trimestre. As compras externas de bens de consumo (29,7%) e de capital (18,2%) responderam por mais de 60% do resultado.

Em valor corrente, a FGV estima o PIB brasileiro em R$ 5,74 trilhões.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3923-5158 96865-1628

INFLAÇÃO

Preços caem para famílias pobres e sobem para os ricos

O indicador que mede a variação dos preços dos bens e serviços mais consumidos pelas famílias pobres no Brasil teve deflação (queda) em julho, apontou ontem) o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A situação destoa da verificada entre as famílias com renda considerada média ou alta, segundo o instituto. Nesse caso, houve avanço do indicador de preços (inflação) em julho.

O levantamento do Ipea divide a população em seis grupos, de acordo com os rendimentos domiciliares. Entre as famílias com renda considerada muito baixa (inferior a R$ 2.015,18), a deflação chegou a -0,28% em julho. Foi o maior recuo entre os seis grupos pesquisados.

A queda dos preços de alimentos consumidos no domicílio, diz o instituto, ajudou a provocar a deflação para as famílias com renda mais baixa. Proporcionalmente, a compra desses produtos impacta mais o orçamento dos mais pobres.

De acordo com o Ipea, os segmentos com menor poder aquisitivo também foram os que mais se beneficiaram do recuo nas tarifas de energia elétrica no mês passado.

Ainda houve deflação no índice de preços das famílias com renda considerada baixa –entre R$ 2.015,18 e R$ 3.022,76. Nesse caso, a queda foi de -0,14%.

Apesar de os alimentos e a energia elétrica terem aliviado o bolso dos consumidores de maneira geral, aqueles com poder aquisitivo maior sentiram o impacto da carestia da gasolina em julho, conforme o Ipea. Esses brasileiros utilizam mais o carro, em contraste com os mais pobres.

Assim, a inflação chegou a 0,5% em julho para as famílias com renda considerada alta – acima de R$ 20.151,76. Foi o maior avanço dos preços entre as seis faixas de rendimento pesquisadas.

Segundo o Ipea, no caso das famílias de renda mais alta, além do impacto proporcionalmente maior do aumento dos combustíveis, as altas de 4,8% das passagens aéreas e de 10,1% do aluguel de veículos fizeram com que a pressão inflacionária do grupo transportes anulasse, inclusive, os efeitos de queda da deflação nos preços dos alimentos e da energia elétrica.

As outras três camadas da população pesquisadas pelo instituto também tiveram inflação em julho. Os avanços foram de 0,36% para as famílias com renda média-alta (entre R$ 10.075,88 e R$ 20.151,75) e de 0,23% para aquelas com rendimento médio (entre R$ 5.037,94 e R$ 10.075,88).

No caso das famílias com renda média-baixa (entre R$ 3.022,76 e R$ 5.037,94), o aumento foi menos intenso, de 0,02%.

REVISÃO

Fiocruz quer mudar política de plantas medicinais

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) elaborou uma série de proposições para revisar a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), criada em junho de 2006, com o objetivo de garantir à população acesso seguro a esse tipo de planta e promover o uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria.

Entre as 18 ações propostas para ampliar a área de atuação da PNPMF figuram a criação de mecanismos para contemplar as farmácias vivas (que produzem fitoterápicos) nas diretrizes do programa; a articulação intersetorial entre ministérios, setores públicos e privados; a organização nacional da informação de base científica, genética e molecular por meio de plataformas e base de dados, democratizando seu acesso.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Breitener Holding e Participações S.A.

CNPJ nº 40.659.026/0001-60

Relatório Anual da Administração

A Administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do resultado abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Breitener Holding e Participações S.A.

Perfil corporativo

A Breitener Holding e Participações S.A. foi constituída em 8º de fevereiro de 2021 com o único objetivo de adquirir as ações da Breitener Energética S.A. Em 27 de agosto de 2021 - A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em continuidade ao comunicado divulgado em 16 de agosto de 2019, informou que assinou contrato para a venda da totalidade de sua participação acionária de 93,66% na empresa Breitener Energética S.A (Energética), localizada no Estado do Amazonas, para a Breitener Holding Participações S.A., subsidiária integral da Ceiba Energy LP. Em 6 de novembro de 2021, foi concluída a compra, pela Breitener Holding e Participações S.A., de 100% do capital social da Breitener Energética S.A. por um preço total de BRL 497.489, conforme detalhes abaixo:

Acionistas	CNPJ	Percentual de ações na Companhia	Preço base de aquisição	Preço base de aquisição	PBAC		LP	PDF	
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	33.000.167/0001-01	93,66%	–	251.009	261.603	–	14.026	247.577	
GGR Participações S.A.	11.562.228/001-91	3,34%	8.951	8.951	9.329	–	500	8.829	
ALN Gás e Energia S.A.	03.843.830/0001-79	1,00%	2.680	2.680	2.793	–	150	2.643	
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	19.884.626/0001-36	1,00%	2.680	2.680	2.793	–	150	2.643	
Alcântara, Mendes & Cia. Ltda.	41.424.136/0001-06	1,00%	2.680	2.680	2.793	–	150	2.643	
Total		**100%**	**16.991**	**268.000**	**279.312**	–	**14.976**	**264.336**	(a)
					Earn-out		nov/23	29.536	(b)
					Earn-out		nov/24	10.408	(b)
					Venda de motores			621	(c)
					Contraprestações totais			**394.901**	

(a) Preço base de aquisição definido em agosto de 2021 ajustado pela correção definida em contrato e descontado o Leakage Petrobras (LP). (b) Valor presente do earn-out relacionado com a correção do contrato pelos IGP-M em 2023 e 2024 nosmontantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-8), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. (c) Venda de motores (restituição do valor de 90% à Petrobras) - 13 motores Jenbacher. (d) Ativo fiscal contingente registrado nas empresas e que foi excluído da negociação,devendo ser restituído à Petrobras quando da sua realização.

Breitener Holding e Participações S.A. (Brazil)
100%
Breitener Energética S.A. (Brazil)
100%
Breitener Tambaqui S.A. | Breitener Jaraqui S.A.

Práticas de governança, sociais e de sustentabilidade

Em 2022, a Ceiba Management avaliou minuciosamente os recursos humanos das empresas do grupo Breitener e todas as políticas internas relevantes, resultando em mudanças e melhorias significativas. Mesmo que o quadro de funcionários das empresas Breitener não tenha mudado durante 2022, vários cargos-chave foram contratados durante o ano como funções corporativas no Brasil que dariam suporte a todas as operações de investimentos brasileiros, incluindo a Breitener Holding S.A. Também foi feita uma estruturação na equipe de trabalho com profissionais experientes e de alta qualidade técnica, onde cada um foi alocado estrategicamente, de forma a executarem suas funções trazendo ótimos resultados para a Companhia. Desde novembro de 2021, a Ceiba Energy designou três membros do Conselho de Administração e, em 2022, foram nomeados novos membros da Diretoria Executiva, além de membros do Comitê de Ética, para completar a governança da Breitener. O organograma do grupo Breitener foi revisado e analisado detalhadamente para propor e implementar uma estrutura mais eficiente, além de contratar e substituir, conforme necessário, com colaboradores adequados por departamento, de acordo com as necessidades da Breitener. A proposta foi aprovada pelo Conselho e Conselheiros. Dada a natureza evolutiva da plataforma de recursos humanos, esse esforço contínuo continuará a ocorrer como uma prática comercial interna regular. A Breitener tem o compromisso em promover a gestão dos aspectos ambientais, sociais e de governança, visando contribuir para o desenvolvimento socialmente responsável e para a solução de questões globais, adotando políticas socioambientais de acordo com as melhores práticas do mercado.

Desafios 2022

Em 2022 continuamos com um cenário de pandemia ocasionada pelo Coronavírus - SARS-CoV-2. O estado do Amazonas foi muito afetado pela 3ª. onda da doença covid-19 e de forma um pouco mais branda que a 1ª e 2ª ondas. A Administração tomou providências imediatas a fim de resguardar a saúde dos seus empregados e manter a usina em operação tendo em vista que a geração de energia elétrica foi configurada como atividade essencial. Neste desafio a saúde das pessoas foi resguardada, mesmo com a continuidade da geração de energia elétrica na usina de Jaraqui. Foram mantidas as diversas ações tomadas em 2021 para o combate a disseminação do vírus e preservação da saúde dos trabalhadores. O comitê formal criado especialmente para acompanhamento diário da pandemia foi mantido, manutenção de um profissional de saúde exclusivo para o COVID-19, aferição da temperatura das pessoas que entram nas usinas, manter álcool gel disponível nas usinas, compra e obrigatoriedade do uso de máscaras em momentos de pico da doença e informes educativos para os colaboradores. Outro desafio foi a implantação de estrutura de governança, com a implantação de vários normativos tendo como os principais: Código de Ética, política de Governança Corporativa, diretriz de Contratação, política de Segurança da Informação e Proteção de Dados, política de Direitos Humanos, diretriz de Conflitos de Interesses e aderência a Lei Geral de Proteção de Dados.

Desempenho Operacional

Em 2022, as usinas do grupo Breitener Holding e Participações S.A. atingiram uma geração líquida média de 122,3 MW por meio de suas controladas Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A., 1,9% acima da geração contratada de 120 MW nas duas usinas. O resultado de 2022 foi obtido principalmente pela amortização da menos valia, de R$ 105.953, em comparação com R$12.947 em 2021. As empresas operacionais do grupo, a Breitener Jaraqui e a Breitener Tambaqui, tiveram evolução com o projeto REVAMP, com a substituição de 38 motores, bem como a realização das manutenções preventivas nos demais motores não substituídos.

Agradecimentos

Nós deixamos aqui registrados os nossos agradecimentos e reconhecimento a todos os nossos colaboradores e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2022.

Manaus/AM, 07 de julho de 2023
A Administração

Paulo Alexandre Macedo de Almeida
Diretor Presidente

Paula Barcellos Loureiro
Diretora Jurídico

Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	112.546	135.099	1.497	59.493
Contas a receber, líquidas	6	291.135	283.499	–	–
Estoques	7	59.618	99.401	–	–
Imposto de renda e contribuição social	15	99.976	150.724	1.056	3
Impostos e contribuições	15	2.855	2.607	126	–
Dividendos e Juros sobre capital próprio	12	–	–	99.479	99.479
Adiantamento a fornecedores		3.539	6.013	40	109
		569.669	**677.343**	**102.198**	**159.084**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	12	45.500	797	45.500	797
Contas a receber, líquidas	6	120.125	154.128	9.054	–
Depósitos judiciais	22	2.210	2.200	–	–
Imposto de renda e contribuição social	15	26.400	14.914	–	–
Impostos e contribuições	15	190.618	196.764	–	–
		384.853	**368.803**	**54.554**	**797**
Investimentos	8	–	–	539.944	478.886
Imobilizado	9	11.021	10.071	1.109	158
Intangível		199	189	199	189
		11.220	**10.260**	**541.252**	**479.233**
		965.742	**1.056.406**	**698.004**	**639.114**

Passivo	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Circulante					
Fornecedores	10	18.309	33.236	269	39
Debêntures	14	82.984	6.200	–	6.200
Imposto de renda e contribuição social	15	56.907	96.406	–	–
Impostos e contribuições	15	10.782	12.200	49	338
Programa de regularização fiscal	15	3.352	3.352	–	–
Passivos contingentes	15.5	8.018	–	8.018	–
Salários, férias, encargos e participações		12.602	9.615	23	–
Provisão para gastos de P&D		7.513	6.210	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.5	31.020	16.826	31.020	16.826
Adiantamento de cliente		638	248	217	19
		232.125	**184.293**	**39.596**	**23.422**
Não circulante					
Debêntures	14	44.072	214.570	–	214.570
Partes Relacionadas	12	–	–	234.186	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	156.862	190.606	–	–
Programa de regularização fiscal	15	4.690	8.031	–	–
Contas a pagar de aquisição	13	49.718	40.522	40.522	40.522
Passivo Contingentes	15.5	170.134	192.588	170.134	192.588
Adiantamento Petrobras		56.047	56.047	–	–
Provisão para processos judiciais e administrativos	22	38.528	1.418	–	–
Outros passivos		619	952	619	633
		520.670	704.734	445.461	448.313
		752.795	889.027	485.057	471.735
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	122.001	122.001	122.001	122.001
Capital a integralizar	16.1	(8.644)	(8.644)	(8.644)	(8.644)
Reservas de lucros	16.4	99.590	54.022	99.590	54.022
		212.947	167.379	212.947	167.379
		965.742	**1.056.406**	**698.004**	**639.114**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 8 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Receita de serviços	17	92.814	15.398	–	–
Custo dos serviços	18.1	(135.055)	(28.553)	–	–
Prejuízo bruto		(42.241)	(13.155)	–	–
Receitas (despesas)					
Vendas		(1.746)	–	–	–
Gerais e administrativas	18.2	(26.240)	(17.806)	(2.354)	(5.853)
Tributárias		(3.439)	–	(132)	–
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19	44.514	(8.542)	105.072	12.281
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(29.152)**	**(39.503)**	**102.586**	**6.428**
Resultado Financeiro Líquido		**107.973**	**144.095**	**1.869**	**(4.149)**
Receitas financeiras	20	121.229	146.206	2.820	266
Despesas financeiras	20	(29.618)	(4.267)	(961)	(4.415)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	20	16.362	2.156	10	–
Resultado de participações em investimentos	8	–	–	(44.694)	68.569
Lucro antes dos impostos		**78.821**	**104.592**	**59.761**	**70.848**
Imposto de renda e contribuição social	15.3	(19.060)	(33.744)	–	–
Lucro líquido do exercício / período		**59.761**	**70.848**	**59.761**	**70.848**
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	16.6	0,49	1,00	0,49	1,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 8 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Lucro do exercício / período	59.761	70.848	59.761	70.848
Resultado abrangente total	**59.761**	**70.848**	**59.761**	**70.848**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 8 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Capital Social: Capital subscrito	Capital Social: A integralizar	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido consolidado
Integralização de capital em 8º de fevereiro de 2021	1	–	–	–	–	1
Aumento de Capital	122.000	(8.644)	–	–	–	113.356
Lucro líquido do período	–	–	–	–	70.848	70.848
Apropriações de lucro líquido em reservas	–	–	3.542	50.480	(54.022)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(16.826)	(16.826)
Em 31 de dezembro de 2021	**122.001**	**(8.644)**	**3.542**	**50.480**	–	**167.379**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	59.761	59.761
Apropriações de lucro líquido em reservas	–	–	2.988	42.580	(45.568)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(14.193)	(14.193)
Em 31 de dezembro de 2022	**122.001**	**(8.644)**	**6.530**	**93.060**	–	**212.947**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 8 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado em contrário)

	Consolidado 2022	Consolidado 2021	Controladora 2022	Controladora 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício / período	59.761	70.848	59.761	70.848
Ajustes para:				
Juros sobre debêntures	–	3.796	–	3.796
Amortização menos valia	–	–	(105.953)	(12.947)
Resultado de participação em investimento	–	–	(44.694)	(68.569)
Perda por desvalorização na aquisição	–	–	–	640
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros	43.698	(122.212)	(18.786)	578
Depreciação e amortização	119	6	101	–
Reversão e Provisão de Perdas de crédito esperadas - PCE	19.298	(14.026)	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(33.744)	30.684	–	–
Reversão e provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	37.110	(2.914)	–	–
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(137.507)	(35.574)	(56)	–
Contas a receber - arrendamento financeiro	153.574	(8.789)	–	–
Estoques	39.783	(99.401)	–	–
Outros ativos	(51.237)	(9.055)	(53.632)	(909)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(14.927)	33.018	230	39
Outros passivos	22.439	77.416	(14.217)	369
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.689)	(118.629)	1.053	–
Recursos líquidos (utilizados nas) gerado pelas atividades	95.678	(194.832)	77.867	(6.155)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de Investimento	–	–	–	(264.336)
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(1.189)	(400)	(1.171)	(347)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	**(1.189)**	**(400)**	**(1.171)**	**(264.683)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	–	113.357	–	113.357
Cessão de debêntures	–	225.000	(210.751)	225.000
Pagamento de juros sobre debêntures	(46.546)	(2.026)	(7.693)	(2.026)
Amortização debêntures	(70.496)	(6.000)	(2.326)	(6.000)
Recursos líquidos utilizado nas atividades de financiamento	(117.042)	330.331	(220.770)	330.331
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	(22.553)	135.099	(57.996)	59.493
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/ período	135.099	–	59.493	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / período	112.546	135.099	1.497	59.493
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	(22.553)	135.099	(57.996)	59.493

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional: A Breitener Holding e Participações S.A. (denominadas, em conjunto, "Breitener" ou a "Companhia"), subsidiária integral da Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Ceiba Energy"), foi constituída em 8 de fevereiro de 2021 com sede em São Paulo, tendo como atividade principal a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, e o objetivo de atuar como holding das empresas do Grupo Breitener Energética S.A. A Companhia é uma empresa investida da Denham Capital, uma empresa de investimento global em infraestrutura, energia e recursos sustentáveis, e celebrou com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") e outros acionistas minoritários, um contrato de compra e venda de ações e outras avenças por meio do qual a Breitener Holding se comprometia a adquirir a participação societária de 100% na Breitener Energética S.A. ("Breitener Energética" e "Aquisição", respectivamente). O encerramento desta aquisição ocorreu em novembro de 2021, quando a Ceiba Energy passou a deter 100% do controle acionário da Breitener Energética S.A. e de suas subsidiárias, Breitener Jaraqui S.A. ("Jaraqui") e Breitener Tambaqui S.A. ("Tambaqui"), em conjunto, as "SPEs". A Breitener Energética S.A. (denominadas, em conjunto, "BESA" ou a "Controlada"), teve, inicialmente, como objeto social a produção e a comercialização de energia elétrica para fornecimento exclusivo à Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica Emergencial (CBEE), para suprimento ao Sistema Interligado, na modalidade de potência contratada e energia fornecida, na cidade de Maracanaú, estado do Ceará. Após cumpridas integralmente suas obrigações decorrentes do contrato com a CBEE, em abril de 2005, a Controlada focou todos os recursos na transferência de sua planta em Maracanaú/CE para Manaus/AM, visando a implantação de duas usinas termoelétricas, na mesma localidade, com o objetivo de fornecer energia elétrica a região norte do país. **(a) Contrato de fornecimento de energia e arrendamento mercantil dos equipamentos:** Atendendo a obrigação contratual específica, a Controlada criou duas Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") - Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A. - que assumiram os contratos de fornecimento de energia celebrados em 4 de maio de 2005 com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE (antiga Manaus Energia S.A.). Estes contratos têm vigências de vinte anos, com parcelas vencíveis mensalmente e corrigidas pela variação do índice geral de preços ao mercado - IGP-M. As cláusulas contratuais estabelecem a disponibilização mensal de 120 MW líquidos, ininterruptos, de energia elétrica; que a operação e manutenção da planta termoelétrica seja efetuada pela Controlada; e que todo o combustível consumido dentro dos limites de consumo específico e/ou *heat rate* será ressarcido pela arrendatária, descontado do incentivo recebido pela CCC-ISOL - Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados. Para iniciar a operação, as SPEs alugaram da Breitener Energética S.A. os motores transferidos de Maracanaú/CE e assumiram os custos de transporte e instalação, dentre outros. Os contratos preveem que as plantas termelétricas arrendadas pela Controlada, bem como os motores de propriedade das suas SPEs, serão revertidas para o patrimônio da arrendatária sem qualquer indenização devida, findos os prazos de vigência dos contratos em maio de 2025. Em dezembro de 2018 o controle da AmE relativo à parte de distribuição de energia foi vendido para o Consórcio Oliveira Energia/Atem, não afetando os contratos existentes, já que tais contratos foram anteriormente transferidos para a nova empresa criada pertencente ao grupo Eletrobras, a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmE-GT). Em 28 de junho de 2021, foi deliberada em assembleia geral a incorporação da AmE-GT pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), controlada da Eletrobras, com efeitos a partir de 01 de julho de 2021. **(b) Combinação de Negócios:** No período 08 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021, o Grupo passou pelos principais eventos a seguir: (i) aquisição da Breitener Energética S.A., através do contrato de compra e venda de ações e outras avenças originado pela Petróleo Brasileiro S.A. Em 27 de agosto de 2021, a Petróleo Brasileiro S.A., assinou acordo de venda da totalidade de sua participação acionária de 93,7% na Breitener Energética S.A. para a Breitener Holding Participações S.A. subsidiária integral da Ceiba Energy LP, para maiores detalhes, vide nota explicativa 24. Em 10 de novembro de 2021, foi finalizada a operação de compra e venda de ações da Companhia, onde a Breitener Holding e Participações S.A. ("Comprador") adquiriu a totalidade das ações de emissão da Breitener Energética S.A. detidas pela Petróleo Brasileiro S.A. e pelos demais acionistas minoritários até aquela data, concluindo a compra pelo Comprador de 100% do capital social da Breitener Energética S.A. **1.1. Destaques do exercício de 2022 e do período de 8 de fevereiro a 31 de dezembro de 2021: 1.1.1. Troca dos motores a gás das SPEs:** As subsidiárias de sua Controlada, Breitener Tambaqui S.A. e Breitener Jaraqui S.A., por força de acordo contratual, são obrigadas a entregar no final do contrato de arrendamento, em maio de 2025, a planta das térmicas em plenas condições de uso e de geração de energia. Após a conclusão dos estudos sobre os cenários econômico-financeiros, as subsidiárias optaram pela troca da totalidade de seus 46 motores a gás, por ser mais viável economicamente do que a realização das manutenções de 60.000 horas e eventuais multas por não geração da energia contratada. As obras de revitalização dessas plantas industriais foram iniciadas no terceiro trimestre de 2019 e têm previsão de conclusão até 2023. Atualmente já foram entregues à operação 39 motores, sendo 19 motores na Breitener Tambaqui e 20 motores na Breitener Jaraqui, com expectativa da entrega de um novo motor da Breitener Tambaqui no exercício de 2023. Como as subsidiárias de sua Controlada não têm previsão legal de recuperar os gastos incorridos por meio da remuneração dos seus contratos de arrendamento e nem possuem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros por meio da utilização desses motores em suas atividades normais, além daqueles que já estão cobertos pelo atual contrato, os gastos destinados às revitalizações serão levados ao resultado à medida que forem aplicados na obra. Em 2022 houve o reconhecimento dos gastos vinculados a este processo no montante de R$ 24.266 (R$ 49.554 em 31 de dezembro de 2021), vide nota explicativa 19 - Outras receitas (despesas). **1.1.2. Acordo judicial com a Amazonas Energia S.A - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras:** Em 07 de abril de 2021, as SPEs firmaram acordo judicial para cobrança dos valores que questionavam contra a Amazonas Energia S.A. - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (responsabilidade solidária) no valor de R$ 436.025 referente a 7 processos que ficarão suspensos até a liquidação integral dos créditos negociados. Este valor é quitado pelo devedor em 60 parcelas a partir de 18 de janeiro de 2021, calculadas em regime de amortização fixa - SAC, corrigidas a 124,75% do CDI até a liquidação integral. A assinatura do contrato impactou positivamente os resultados consolidados de sua Controlada em 2021, que totalizaram R$ 330.514 (líquido dos efeitos tributários), não havendo impacto no resultado de 2022. Vide Nota Explicativa 22 para mais informações sobre os processos envolvidos. **1.1.3. Instrumento de Confissão de Dívida com a Petrobras:** Considerando a assinatura do acordo judicial das SPEs com a AmE e Eletrobras, em 07 de abril de 2021, que envolve os valores relativos ao reembolso de créditos relacionados ao CCC-ISOL, foi celebrado Instrumento de Confissão de Dívida (ICD) entre a Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a sua controladora indireta na época, a Petrobras, para equacionamento dos débitos inadimplidos vinculados aos contratos de CCC-ISOL, no montante de R$ 353.024, em 29 de junho de 2021. Os débitos inadimplidos são provenientes do contrato de aquisição de óleo combustível (CCC-ISOL) são originários da Petrobras Distribuidora S.A. - BR Distribuidora, e foram repassados à Petrobras, em função de reestruturações societárias, e contempla o período de maio de 2010 a abril de 2016. Com a assinatura do ICD, as SPEs renovaram suas dívidas, sendo que parte dela impactou o resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, líquido de R$ 214.828 após impostos, dos quais a despesa com juros foi de R$ 187.674 (1% PM), multa de R$ 7.070 e atualização de R$ 87.566, com base no índice geral de preços de mercado - IGP-M, conforme especificado no instrumento contratual que criou a dívida, compensados pelos efeitos tributários no valor de R$ 67.482. Em 01 de julho de 2021, a Controlada celebrou contrato de cessão de direitos creditórios a Companhia, que estabelece a liquidação da referida dívida através da cessão parcial dos recebíveis vinculados ao acordo celebrado entre a Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a AmE e Eletrobras, no montante de R$ R$ 353.024, equivalente a 80,96% do valor total do referido acordo, passando a Petrobras a exigi-los nos termos e condições pactuados, sem direito de regresso contra a Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, que ficam desoneradas de responsabilidade, em caso de inadimplemento da AmE ou da sua garantidora, a Eletrobras. **1.1.4. PIS e COFINS - Exclusão do ICMS na base de cálculo:** As subsidiárias da Controlada, Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ajuizaram ação contra a União para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. A referida ação foi julgada integralmente procedente, reconhecendo as SPEs o direito de compensar os valores indevidamente recolhidos a título de PIS e COFINS, tendo essa decisão transitada em julgado em outubro de 2019, sem possibilidades de recurso. Em 14 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal. As subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui reconheceram os créditos de PIS e COFINS, no montante consolidado de R$ 134.229, que foram habilitados na forma de precatórios, contabilizados no exercício de 2021, vide nota explicativa 19 - Outras Despesas/Receitas Operacionais, para visualização do montante referente à 2021. **1.1.5. Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização monetária pela Selic dos indébitos tributários.** Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF, em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, ainda não transitado e julgado, decidiu que é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) sobre a atualização da taxa Selic (juros de mora e correção monetária), incidentes sobre indébitos tributários. Em relação aos valores de IRPJ e CSLL recolhidos nos anos anteriores sobre atualização monetária Selic de indébitos tributários, as SPEs em conjunto com seus assessores jurídicos, está avaliando as alternativas para recuperação futura, uma vez que a Lei nº 9.430/96 e Instrução Normativa nº 2.055/21 vedam expressamente a compensação de tributos tendo por base a inconstitucionalidade de lei, salvo nas hipóteses expressamente previstas. **1.1.6. Cessão das debêntures para a Breitener Energética S.A.:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de dezembro de 2021, a Breitener Holding e Participações S.A. aprovou a realização da cessão obrigatória para a Breitener Energética S.A. das obrigações da Emissora Original, vide nota explicativa 14 - Debêntures. Em 27 de janeiro de 2022, Breitener Holding Participações S.A. concluiu a cessão obrigatória das debêntures junto a Breitener Energética S.A., nos termos do Contrato de Cessão e Assunção Onerosa de Obrigações e Avenças, por meio do qual a dívida oriunda das debêntures e da escritura de emissão foi absorvida integralmente pela Energética naquela data. As debêntures são da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Os recursos captados foram utilizados para aquisição de 100% da participação acionária da Breitener Energética S.A. A primeira emissão de debentures foi realizada pela Breitener Holding e Participações S.A. em 09 de novembro de 2021, conforme a Instrução CVM 476, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R$ 225.000, com vencimento em 09 de abril de 2024. **1.2. Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19: 1.2.1. Contexto:** Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a COVID-19 tratava-se de uma pandemia. As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global. As autoridades governamentais brasileiras, por sua vez, implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela atual pandemia. **1.2.2. Ações de resiliência:** A Companhia alinhada às recomendações da OMS e do Ministério

da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o trabalho em home office, rigorosa higienização dos locais de trabalho, testagem de casos suspeitos, medição de temperatura corporal, acompanhamento médico e acesso a serviços de telemedicina. **1.2.3. Efeito nas demonstrações financeiras:** Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras. O resultado da revisão dessas premissas e outros decorrentes da COVID-19, está apresentado a seguir: Não ocorreram alterações de premissas, no reconhecimento dos contratos de receita com clientes do Grupo Breitener. Permanece a expectativa de conclusão da obrigação pelo cliente no vencimento de cada operação, classificada como sendo altamente provável, sujeita apenas ao cumprimento das condições precedentes que constam dos contratos de venda. Os clientes não indicaram a intenção de descumprimento ou revisão dos termos e condições contratuais assinados. No âmbito do contencioso jurídico da Companhia e de suas controladas, não há casos relacionados ao COVID-19 com risco de desembolso financeiro que impactem diretamente às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em xx de junho de 2023, autorizou a divulgação dessas Demonstrações Financeiras. **2.1. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas. **As notas que apresentam práticas contábeis são: Notas Explicativas:** 5. Caixa e equivalentes de caixa; 6. Contas a receber; 7. Estoque; 8. Investimentos; 10. Fornecedores; 11. Arrendamento mercantil; 15. Tributos; 15.5 Passivo Contingente; 16. Patrimônio Líquido; 17. Receita de serviço; 18. Custos e despesas por natureza; 22. Processos judiciais e contingências. **3.1. Instrumentos financeiros:** Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **3.1.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial:** Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos. **b) Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **3.1.2. Passivos Financeiros: a) Reconhecimento e mensuração inicial:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor. **b) Classificação e mensuração subsequente:** Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício. **3.1.3. Instrumentos Financeiros derivativos:** A companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra sua exposição no preço na compra de equipamentos. Os instrumentos financeiros designados em operações de Hedge são incialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo mensurados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do exercício. **3.2. Caixa e Equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento de curto prazo a partir da data da contratação, sujeitos a riscos imateriais de mudança de valor. **4. Estimativas e julgamentos relevantes:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia e suas controladas. **4.1 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências:** A Companhia e suas controladas são partes em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia e suas controladas, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 22. **4.2 Tributos diferidos sobre o lucro:** A Companhia e suas controladas realizam julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas pela Companhia. A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 15.3. **4.3 Perdas de crédito esperadas:** A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. **4.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas estimam a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando procedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza. **4.5 Arrendamento:** Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento. No contrato em que a Companhia é arrendadora do bem, celebrado com a Eletronorte, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento no arrendamento e suas parcelas são corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, conforme fluxo do arrendamento efetuado pela Companhia, o qual possui reajuste anual em novembro, estabelecido em cláusula contratual. O contrato possui vencimento em maio de 2025. O arrendamento ativo da Companhia é segregado em parcelas mensais de "O&M" Operação e Manutenção e de Potência. A Companhia efetua análise do arrendamento financeiro em que ela é arrendadora e arrendatária do bem, onde é feita a estimativa dos valores a serem pagos e recebidos, de acordo com o prazo do arrendamento, mensurando os valores de cada parcela, atualizadas pelo IGP-M, além dos reajustes anuais contratuais previstos. **4.6. Novas normas e interpretações: 4.6.1. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):**O CPC emite pronunciamentos e intepretações tidos como análogos às *International Financial Reporting Standards* (IFRS), tal como emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As emendas das IFRS, conforme NE 3 - Sumário das principais práticas contábeis, não foram emitidas pelo CPC até 31 de dezembro de 2022. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que entraram em vigor e aqueles que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 19	- Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020 - Amendments to IFRS 3 - Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IAS 37 - Onerous Contracts-Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 16 - Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use	1º de janeiro de 2022
Revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis	Definition of Accounting Estimates (Amendments to IAS 8) Disclosure of Accounting Policies (Amendments to IAS 1) Deferred tax related to assets and liabilities arising from a single transaction (Amendment to IAS 12)	1º de janeiro de 2023
Revisão 21 do Comitê dos pronunciamentos contábeis	Insurance Contracts (Amendments to IFRS 17) Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 Comparative Information (Amendments to IFRS 17)	1º de janeiro de 2023
Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS 17 – Insurance Contracts	1º de janeiro de 2023

O normativo que entrou em vigor dentro do exercício de 2022 foi avaliado pela Companhia e não gera impacto de divulgação ou material nas Demonstrações Financeiras. Quanto aos normativos que entrarão em vigor, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras e até o momento não foram identificados impactos de divulgação e não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalente de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	1	15	–	–
Banco conta corrente	13.262	10.684	–	–
Aplicações financeiras (i)	99.283	124.400	1.497	59.493
	112.546	135.099	1.497	59.493

(i) São aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas estão concentradas em CDB, são com remuneração de 60% a 70% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	2022	2021
Cobrança judicial - AmE e Eletrobras (NE 1.1.2)	–	22.043
Operação e manutenção (a)	17.092	17.798
Liquidação financeira - CCEE (b)	5.042	5.042
Reembolso de encargos e recebíveis (c)	19.389	29.916
Outras	1.369	332
Subtotal	**42.892**	**75.131**
Arrendamento financeiro (d)	372.405	394.526
Outras	–	1.933
Subtotal	**372.405**	**396.459**
Total do contas a receber	**415.927**	**471.590**
Perdas de crédito esperadas - PCE (e)	(13.665)	(33.963)
Total do contas a receber, líquidas	**402.262**	**437.627**
Circulante	291.135	283.499
Não circulante	111.127	154.128

a) Operação e manutenção: Decorre dos serviços de operação e manutenção vinculados ao contrato de fornecimento de energia elétrica firmados pela Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a arrendatária. **b) Liquidação financeira - CCEE:** Refere-se aos recebíveis de liquidação financeira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, o qual está totalmente provisionado na PCE em 31 de dezembro de 2022. **c) Reembolso de encargos e recebíveis:** Refere-se ao reembolso de encargos vinculados ao contrato de fornecimento de energia e recebíveis em aberto com a arrendatária referente às parcelas remanescentes de notas fiscais de potência. **a) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles):** O saldo consolidado decorre da parcela de disponibilidade de capacidade dos contratos de fornecimento de energia elétrica firmados pela Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui com a Eletronorte, atual arrendatária (vide nota 11). **a) Perdas de crédito esperadas - PCE:** Em 31 de dezembro de 2022 refere-se, principalmente, aos valores referentes aos inadimplentes da CCEE, os quais já foram desligados.

6.2. Aging do contas a receber - Terceiros

		2022		Consolidado 2021
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	402.262		442.768	–
Vencidos:		–	–	–
De 1 a 3 meses	–	–	3.950	(3.309)
De 3 a 6 meses		–	–	–
De 6 a 12 meses	484	(484)	–	–
Acima de 12 meses	13.181	(13.181)	24.872	(30.653)
	415.927	(13.665)	471.590	(33.962)

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas - PCE

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	33.963	198.988
Adições	1.745	31
Reversões	(22.043)	(14.057)
Baixas	–	(150.999)
Saldo final	13.665	33.963

A movimentação da PCE em 2022 reflete, principalmente, a reversão de depósito judicial e à baixa dos valores referentes ao processo que a Jaraqui e Tambaqui possuíam contra a Amazonas Energia - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, pleiteando glosas das notas de potência entre 2018 e 2019, o qual teve seu desfecho desfavorável à Companhia em 09 de fevereiro de 2022, vide nota explicativa 21.3.3. Em 2021, a baixa de R$ 150.999 refere-se ao contas a receber vinculado com a AmE nesse montante para a constituição do contas a receber relacionado ao acordo judicial com a AmE e Eletrobras, vide nota explicativa 1.1.2. **Prática contábil:**Quando a companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação. A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda). Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias. Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

7. Estoques

	Consolidado	
	2022	2021
Peças de manutenção	59.618	99.401
Total	59.618	99.401

As peças são mantidas em estoque para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de produção de energia, conforme estabelece o contrato com a AmE-GT. O custo das peças é registrado no resultado do exercício mediante sua utilização. A redução decorre da utilização de materiais para manutenção preventiva e do REVAMP, troca dos motores para revitalização da planta industrial, vide nota explicativa 1.1.1. A decisão pelo REVAMP foi efetuada por meio de avaliação técnica da Companhia, ainda durante a gestão Petrobras, que contemplou as alternativas para manutenção das UTEs Tambaqui e Jaraqui, onde inclusive próprio fabricante indica que a opção mais econômica é a substituição integral dos motores, ao invés da realização das manutenções necessárias para manutenção das unidades em condições operacionais normais. Conforme contrato de fornecimento de energia e arrendamento entre a Breitener Tambaqui x Eletronorte (antiga Manaus Energia), não há obrigação contratual da troca dos equipamentos, apenas de operação, manutenção das usinas e fornecimento de energia. Além disso, o contrato não determina e nem faz exigências em relação à forma como a manutenção deve ser realizada. Essa revitalização está sendo feita com o intuito de diminuir os custos de operação e manutenção, visto que por meio da análise mencionada acima, a Companhia identificou que teria menor custo se trocassem os equipamentos, do que se efetuassem manutenções periódicas em todos os motores. Findo o prazo de vigência do contrato em 2025, o empreendimento estará amortizado e depreciado e será revertido para a Eletronorte, sem qualquer pagamento ou indenização devido às Breiteners. **Prática contábil** Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição e compreendem, principalmente, materiais e suprimentos para manutenção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao seu valor contábil. Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da Companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição. Os estoques incluem as importações em andamento, que são demonstrados ao custo de aquisição.

8. Investimento

8.1. Investimentos diretos (Controlada)

	Principal segmento de atuação	% de participação direta da Breitener Energética	% no capital votante	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
Empresa Controlada					
Breitener Energética S.A	G&E	100,00%	100,00%	840.021	(44.694)

8.2. Informações da investida (Controlada direta) - Breitener Energética S.A.

	Saldo em 2021	Resultado de participação em investimentos	Dividendos mínimos obrigatórios	Menos Valia	Amortização Menos Valia	Saldo em 2022
Subsidiária e controlada						
Breitener Energética	478.886	(44.694)	–	(241)	105.953	539.944
	478.886	(44.694)	–	(241)	105.953	539.944

8.3. Informações da investida (Controlada direta) - Breitener Energética S.A

Em 31 de dezembro de 2022, as principais informações financeiras da Breitener Energética S.A (Consolidado) são:

	Breitener Energética S.A. (Consolidado)	
	2022	2021
Ativo	1.385.579	1.345.441
Passivo	545.559	460.726
Receita líquida	92.814	70.629
Lucro/Prejuízo do exercício	(44.694)	418.858
Capital social	648.505	592.458
Quantidade ações possuídas (em lote mil)	648.505	484.490
Patrimônio líquido	840.021	884.715
Participação no capital social, no final do exercício	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	840.021	884.715

As SPEs foram constituídas em 10 de maio de 2005, são Sociedades de Propósito Específico (SPE), e tem como objeto social a operação e manutenção de uma planta termoelétrica, com potência de 60MW, na cidade de Manaus. A data do início da operação comercial da Breitener Tambaqui foi 12 de janeiro de 2006 e da Breitener Jaraqui foi em 5 de abril de 2006, ambas têm duração de 20 anos, a mesma das suas obrigações contratuais, relacionadas ao fornecimento de energia elétrica à região norte do país. Em 2022 a amortização da menos valia foi realizada no valor de R$ 105.953, sendo R$ 12.947 em 2021, vide nota explicativa 19 - Outras (despesas) receitas, líquidas., referente ao "PPA" P*urchase price allocation* de 2021. O valor total determinado do PPA, em 2021, foi de R$ 362.731, restando R$ 244.234 a realizar entre 2023 e 2025, período compreendido pelo contrato do arrendamento, até seu vencimento em maio de 2025. **Prática contábil: Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas abrangem informações da Breitener Holding e Participações S.A. e das suas controladas diretas e indiretas. O controle é obtido quando a Breitener Holding possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia. Transações e saldos entre entidades do grupo, incluindo lucro não realizado oriundo dessas transações, são eliminados no processo de consolidação. **Investimentos societários** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam controlada.

9. Imobilizado

9.1. Por tipo de ativos

	Consolidado			Controladora
	Terrenos	Direito de uso	Total	Total
Ativos adquiridos na aquisição vide nota (24) de 2021	7.612	320	7.932	–
Depreciação acumulada	–	2.139	2.139	158
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.612	2.459	10.071	158
Custo	7.612	913	8.525	158
Depreciação acumulada	–	1.546	1.546	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.612	2.459	10.071	158
Custo e depreciação acumulada	7.612	3.409	11.021	1.109
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.612	3.409	11.021	1.109

10. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Terceiros no País	15.009	27.015	269	39
Partes relacionadas (i)	3.300	6.221	–	–
Total	18.309	33.236	269	39

Os fornecedores no consolidado estão relacionados às compras de materiais e suprimentos, pagamentos de seguros e aquisição de serviços diversos. Nas compras efetuadas por meio de invoices emitidas por clientes do exterior, tendo como principal fornecedor da Breitener, a Innio Jenbacher GMBH & CO OG, os materiais passam pela conversão da moeda estrangeira para o Real na data do pagamento da referida invoice, além de sofrer os gastos com despesas aduaneiras, além do pagamento da taxa Siscomex, que é um instrumento administrativo que integra as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, além do frete. Quando se faz necessário a troca de alguma mercadoria internacional adquirida com defeito, os contratos preveem que a Companhia será responsável apenas pela despesa acessória, sendo o frete, enquanto os demais gastos são cobertos pela garantia do fornecedor.

11. Arrendamentos Mercantis

11.1. Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

			Consolidado Recebimentos
Compromissos estimados	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2023	211.668	(80.784)	130.884
2024	194.727	(47.637)	147.090
2025	103.661	(9.230)	94.432
Em 31 de dezembro 2022	**510.055**	**(137.650)**	**372.405**
Circulante			261.334
Não circulante			111.071
Em 31 de dezembro 2022			**372.405**
Circulante			240.397
Não circulante			154.129
Em 31 de dezembro 2021			**394.526**

A movimentação do contrato de arrendamento reconhecido como ativo está demonstrada a seguir:

		Consolidado
Circulante e não circulante	2022	2021
Saldo inicial	744.309	731.673
Recebimentos	(265.127)	(210.405)
Juros incorridos	82.393	90.516
Remensuração dos contratos	55.064	132.525
Impacto PPA	(244.234)	–
Em 31 de dezembro 2022	**372.405**	**744.309**

Prática contábil: Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros. Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento. No contrato em que a Companhia é arrendadora do bem, celebrado com a AmE-GT, foi constituído um contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil. No mês de novembro de cada ano, ocorre o reajuste dos fluxos dos arrendamentos da Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui com a Eletronorte, onde as parcelas a vencer e juros a apropriar são calculados com base no IGP-M, sendo contabilizada a remensuração na receita financeira da Companhia e no contas a receber. O contrato de aluguel das plantas da Breitener Energética com suas controladas, Breitener Jaraqui e Breitener Tambaqui, é atualizado anualmente em dezembro, também conforme o IGP-M e segue o mesmo racional de contabilização do arrendamento de suas controladas com a Eletronorte, porém gerando um contas a pagar e despesa financeira nas mesmas, por se tratar de arrendamento passivo na Jaraqui e Tambaqui. Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente. Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

12. Partes relacionadas: A Controlada segue a política de transações que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações. Esta política orienta na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios: Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado; Conformidade: aderência aos termos

e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia; Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia; • Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros; • Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante. A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

					Consolidado	
					2022	2021
	Breitener Tambaqui	Breitener Jaraqui	Portocem	Breitener Energética	Total	Total
Ativo						
Circulante						
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	–	99.479	99.479	89.206
	–	–		**99.479**	**99.479**	**89.206**
Não circulante						
Contratos de mútuo (i)	–	–	45.500	–	45.500	100.559
	–	–	**45.500**	–	**45.500**	**237.740**

					Consolidado	
					2022	2021
Passivo				Ceiba		
Circulante				Energy LP	Total	Total
Dividendos a pagar	–	–	–	31.020	31.020	16.826
	–	–	–	**31.020**	**31.020**	**16.826**

(i) Durante o exercício de 2022, A Breitener Holding e Participações S.A., mutuante, celebrou três contratos de Mútuo com a Portocem Geração de Energia S.A., mutuária, no valor total de R$ 63.644 o qual foi parcialmente pago pela Companhia nas seguintes datas: 03 de fevereiro, 11 de maio, 16 de maio, 04 de agosto, 05 de setembro, 04 de outubro, 01 de novembro e 02 de dezembro de 2022, sendo as últimas liberadas em 05 de janeiro de 2023 no valor de R$ 18.144 e R$ 62.300 em 22 de maio de 2023 (Vide NE 17 – Eventos Subsequentes). Os contratos de mútuo têm vencimento previsto para 31 de dezembro de 2023 e ambos preveem em cláusula contratual a não incidência de juros. Ambas são controladas pela Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e os contratos de mútuo tem o objetivo de a Breitener Holding apoiar a Portocem na primeira etapa da fase de construção da Usina a ser instalada no Pecém, Complexo Industrial e Portuário no estado do Ceará, no Nordeste do Brasil. **12.2 Remuneração da administração da Companhia:** O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens vigente na Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus empregados e dirigentes. A remuneração dos administradores da Companhia, relativas aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro 2021, foi de R$ 58, não havendo remuneração à Administração no exercício de 2022:

		2022	2021
		Conselho de Administração	Conselho de Administração
Salários e benefícios		–	277
Encargos sociais		–	55
Número de membros		–	4
Número de membros remunerados	Controlador Petrobras S.A.		4
Número de membros	Controlador Breitener Holding e Participações S.A.	3	3
Número de membros remunerados		–	–

Em 10 de novembro de 2021, a Breitener Energética S.A foi impactada por uma mudança societária devido a venda da totalidade de suas ações para a Breitener Holding e Participações S.A., alterando o quadro de conselheiros remunerados e não remunerados. Os conselheiros eleitos em renunciaram a suas respectivas remunerações pela participação no conselho de administração das empresas Breitener Tambaqui, Breitener Jaraqui e Breitener Energética, conforme declarado em cartas de renúncias datadas de 22.11.2022.

13. Contas a Pagar por aquisição

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras	49.717	40.522	40.522	40.522
	49.717	**40.522**	**40.522**	**40.522**

O fluxo de vencimento do saldo a pagar (*earn-out*) pela aquisição da Breitener Energética S.A. em agosto de 2021 possuem correção pelo IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. Em 2022, o contas a pagar por aquisição é composto também pelos montantes da Jaraqui e Tambaqui, enquanto em 2021 a rubrica era composta por valores somente da Breitener Holding.

14. Debêntures

Consolidado

Debêntures	Natureza	Taxas	31/12/2022
Santander	Não conversíveis em ações	CDI (i)	127.056
Total			**127.056**
Circulante			**82.984**
Não circulante			**44.072**

(i) O spread bancário em 31 de dezembro de 2022 era de 3,5%, sendo o cálculo dos juros com base na taxa DI + 3,5%. Referem-se a emissão de debêntures simples, nos termos da Instrução CVM 476, não conversíveis em ações, a data de vencimento será 09 de abril de 2024, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo, quando a emissora se obriga a efetuar o pagamento do valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, calculados pro rata temporis desde a data de subscrição e integralização ou da data de último pagamento dos juros remuneratórios, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela emissora, nos termos da escritura de emissão, em até três dias úteis a contar do recebimento da correspondência pela emissora. As debêntures deverão ser emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos das debêntures. Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interbancários ("DI") de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A, acrescida de uma sobretaxa de 4,00%, base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, considerando a possibilidade de redução de margem nos termos contratuais ("juros remuneratórios"). O saldo do valor nominal unitário das debêntures deverá ser amortizado pela Emissora em parcelas consecutivas, sendo que a 1ª (primeira) foi paga no dia 09 de dezembro de 2021, ainda pela Breitener Holding. As debêntures são da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Os recursos captados foram utilizados para aquisição de 100% da participação acionária da Breitener Energética S.A. pela Breitener Holding Participações S.A. A primeira emissão de debentures foi realizada pela Breitener Holding e Participações S.A. em 09 de novembro de 2021, conforme a Instrução CVM nº 476, em série única, não conversíveis em ações, no valor de R$ 225.000, com vencimento em 09 de abril de 2024, tendo a Vórtx DTVM Ltda. como a Administradora das debêntures. Em 05 de janeiro de 2023, em uma reunião de diretoria, a Breitener Holding deliberou sobre o reembolso por parte da subsidiária integral Breitener Energética S.A. de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única nos termos da Lei nº 6.385 e Instrução CVM nº 467. Assim, ficou deliberado que a Breitner Energética deveria restituir à Breitener Holding os recursos no valor total de R$18.044 a título de reembolso do pagamento das 02 (duas) primeiras parcelas de amortização das Debêntures em 09 de dezembro de 2021 e 09 de janeiro de 2022.

	31/12/2022
Cessão	220.770
Juros incorridos	33.347
Juros pagos	(54.239)
Amortização	(72.822)
Total	127.056

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Em 2022, a Breitener Energética possuía como cláusula restritiva das debêntures a serem vencidas o atingimento do "Índice mínimo de cobertura do serviço da dívida" - ICSD mínimo, de acordo com a escritura de emissão das debêntures. O ICSD mínimo de 1,30x (um inteiro e trinta centésimos), de acordo com (a) as demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas da Emissora; ou (b) eventualmente, no caso da distribuição de dividendos intermediários (trimestral ou semestralmente), com base nas demonstrações financeiras interinas consolidadas auditadas da Emissora para os últimos 4 (quatro) trimestres consecutivos imediatamente anteriores encerrados, foi alcançado em 16 de maio, 15 de agosto e 16 de novembro de 2022. Até a data de emissão destas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia havia atingido também a mesma cláusula, vencida em 31 de março de 2023, sendo o próximo vencimento em 15 de maio de 2023.

15. Tributos e Passivos Contingentes

15.1. Tributos correntes

						Consolidado
Imposto de renda e contribuição social		Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
No país:						
Imposto de renda	73.169	110.920	16.630	8.352	41.814	70.876
Contribuição social	26.807	39.804+++	9.770	6.562	15.093	25.530
Total	**99.976**	**150.724**	**26.400**	**14.914**	**56.907**	**96.406**

						Consolidado
Demais impostos e contribuições		Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
No país:						
Impostos retidos na fonte	–	–	–	–	38	69
ICMS	418	418	–	–	7.229	9.237
PIS e COFINS (i)	2.437	2.189	30.985	42.491	3.514	2.815
PIS e COFINS Diferidos (ii)	–	–	13.183	15.383	–	–
PIS e COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo (iii)	–	–	146.449	138.889	1	
Outros impostos	–	–	–	–	–	79
Total	2.855	2.607	190.618	196.764	10.782	12.200

(i) Até setembro de 2019, em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a Companhia adicionava à sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a Companhia reprocessou a apuração destes impostos relativos ao período de julho de 2015 a abril de 2019. Em complemento, houve também o alargamento da base de PIS e COFINS, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que definiu o conceito de insumos utilizando os critérios da essencialidade ou relevância, considerando sua imprescindibilidade ou importância para o desenvolvimento da atividade econômica. Essas decisões resultaram em um crédito, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Secretaria da Receita Federal. (ii) Os valores decorrem, principalmente, do reconhecimento dos créditos tributários vinculados à revitalização das plantas industriais das subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui. (iii) Referiam-se ao PIS e COFINS decorrente de ganho de processo judicial relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo dessas contribuições (nota explicativa 1.1.4).

		Controladora
Imposto de renda e contribuição social		Ativo Circulante
	2022	2021
No país:		
Imposto de renda	912	3
Contribuição social	144	–
Total	**1.056**	**3**

				Controladora
Demais impostos e contribuições	Ativo circulante		Passivo Circulante	
	2022	2021	2022	2021
No país:				
Impostos retidos na fonte	–	–	11	–
PIS e COFINS	126	–	38	259
Outros impostos	–	–	–	79
Total	126	–	49	338

A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando não comprovada a sua recuperabilidade.

15.2. Programa de Regularização Fiscal - REFIS

				Consolidado
	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ	1.324	1.324	1.871	3.208
CSSL	737	737	1.021	1.758
PIS	263	263	555	951
COFINS	1.028	1.028	1.235	2.114
	3.352	**3.352**	**4.690**	**8.031**

Valores referentes ao parcelamento ordinário de débitos tributários solicitados pela subsidiária Breitener Jaraqui junto à Receita Federal do Brasil, de forma amigável e sem qualquer benefício financeiro. Os débitos tributários envolvidos, relacionados a pedidos de compensações não homologados pela Receita Federal, encontravam-se exigíveis em função do encerramento da defesa na esfera administrativa e ausência de provas complementares que pudessem suportar uma defesa no âmbito judicial. Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação do REFIS é composto pelos seguintes valores:

	2021	Atualização monetária	Pagamento	2022
IRPJ	4.496	155	(1.456)	3.195
CSSL	2.512	62	(816)	1.758
PIS	888	222	(292)	818
COFINS	3.487	10	(1.226)	2.271
TOTAL	11.383	524	(3.703)	8.042
Passivo circulante	3.352			3.352
Passivo não circulante	8.031			4.690

15.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Lucro antes dos impostos	78.821	104.592
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(26.799)	(35.561)
Equivalência patrimonial	–	–
Temporárias	(74.556)	(8.681)
Permanentes	35.920	28.553
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	12.628	12.628
Diferido	33.747	(30.683)
Imposto de renda e contribuição social	**(19.060)**	**(33.744)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.747	(30.683)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(52.809)	(3.061)
Total	**(19.060)**	**(33.744)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(24,18%)	(32,26%)

As adições e exclusões temporárias referem-se aos ajustes dos livros fiscais para expurgar o impacto do IFRS 16, sendo esse o mais relevante ajuste temporário. A Companhia também efetua ajustes temporários para a provisão do PPP e PLR. As exclusões e adições permanentes são montantes relevantes de ajustes referentes à PCE e perdas judiciais. **15.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante : a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:**

					Consolidado
	Arrendamento mercantil financeiro				
	Imobilizado	Contas a receber	Prejuízos fiscais	Outros	Total
Em 1 de janeiro de 2021	31.738	(239.919)	44.501	(3.707)	(167.387)
Reconhecido no resultado do exercício	(22.941)	1.367	(9.395)	7.750	(23.219)
Em 31 de dezembro de 2021	8.797	(238.552)	35.106	4.043	(190.606)
Reconhecido no resultado do exercício	(91)	46.471	(8.702)	(3.931)	33.747
Em 31 de dezembro de 2022	8.706	(192.081)	26.404	111	(156.859)
Impostos diferidos ativos					27.396
Impostos diferidos passivos					(218.002)
Em 31 de dezembro de 2021					(190.606)
Impostos diferidos ativos					17.232
Impostos diferidos passivos					(174.091)
Em 31 de dezembro de 2022					(156.859)

As SPEs constituíram crédito de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social diferidos, observando o limite a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes. A Administração da Companhia monitora a geração de lucro nas operações e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros. **b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos:** A Administração considera que os débitos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

		Consolidado
		2022
	Ativos	Passivos
2023	7.130	(72.038)
2024	7.130	(72.038)
2025	2.972	(30.015)
Total	**17.232**	**(174.091)**

Prática contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os passivos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

15.5. Passivo Contingentes

	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	Total
Valor original	6.900	2.661	3.652	27.839	41.052
Atualização monetária acumulada até 31/12/2020	4.021	3.467	1.242	7.924	16.654
Saldo em 31/12/2020	10.921	6.128	4.894	35.763	57.706
ICMS BASE PIS E COFINS de janeiro a outubro/2021	–	–	11.906	54.847	66.753
Atualização monetária de janeiro a outubro/2021	(2.626)	(1.568)	12.839	59.484	68.129
Total em 31 de dezembro de 2021	**8.295**	**4.560**	**29.639**	**150.094**	**192.588**
Repasse para a Petrobras	–	–	(1.218)	(13.218)	(14.436)
Total em 31 de dezembro de 2022	**8.295**	**4.560**	**28.421**	**136.876**	**178.152**
Passivo circulante					**8.018**
Passivo não circulante					**170.134**

De acordo com o contrato de compra e venda entre Breitener Holding e Petrobras S.A, alguns ativos e passivos contingentes foram excluídos da negociação e o seu impacto deve ser mitigado pela restituição dos ganhos à Petrobras ou as perdas à Breitener Holding S.A. O principal ativo listado refere-se à exclusão do ICMS da base do cálculo do PIS e da COFINS representando aproximadamente 93% do saldo total. Este montante foi reconhecido pela Breitener Energética e suas empresas controladas como ativo uma vez que o processo foi julgado a favor das empresas. Desta forma, o valor recebido pela Tambaqui, Jaraqui e Energética, será repassado 15 dias após o ressarcimento da Receita Federal, para Petrobras através da Breitener Holding.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital Social: A Companhia foi constituída com capital social de R$ 1(mil reais), dividido em 1 mil ações, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas pelo único acionista da Companhia, Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Conforme ata de assembleia em 27 de julho de 2021 a Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia aumentou o capital da Companhia no valor de R$ 122.000 (cento e vinte e dois milhões de reais). Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, o capital subscrito e totalmente integralizado é de R$113.357, havendo a parcela de R$ 8.644 de capital a integralizar. A Companhia possui 122.001.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionista	Capital Social	Nº de ações ordinárias	Participação
Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	122.001	122.001	100%
Total	**122.001**	**122.001**	**100%**

16.2. Reservas de lucros: Reserva legal: Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. **Retenção de Lucros:** É destinada à retenção de lucros líquidos das deliberações obrigatórias, conforme contrato pré-estabelecido na aquisição da Breitener Energética S.A, previamente aprovado em Assembleia Geral. **16.3. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu o montante de R$ 14.193 (R$ 16.827 em 2021) que refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício. Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, é assim demonstrada:

	2022	2021
Dividendos Mínimos obrigatórios	14.193	16.826
Total de dividendos e juros sobre capital próprio	**14.193**	**16.826**
Dividendos Mínimos obrigatórios	14.193	16.826
Reserva legal	2.988	3.542
Reserva de retenção de Lucro	42.580	50.480
Total da destinação do resultado	**59.761**	**70.848**

Prática contábil A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JSCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO.

16.4. Resultado por ação

		Consolidado e Controladora
	2022	2021
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Breitener Holding S.A.	59.761	70.848
Quantidade de ações	122.001	71.167
Lucro do exercício básico e diluído por ação ordinária (R$ por ação)	0,49	1,00

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

17. Receita de serviços

		Consolidado
	2022	2021
Receita bruta de serviços - O&M	118.165	19.746
		19.746
ICMS	(17.701)	(4.449)
PIS	(1.365)	18
COFINS	(6.285)	83
		(4.348)
Total	**92.814**	**15.398**

Prática contábil: A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

18. Custos e despesas por natureza

18.1. Custos dos produtos e serviços vendidos

		Consolidado
	2022	2021
Materiais e combustíveis	(62.952)	(10.382)
Serviços, fretes, aluguéis e outros	(22.655)	(5.162)
Compartilhamento de custos e despesas	–	(5.085)
Gastos com pessoal	(49.447)	(7.924)
Total	**(135.055)**	**(28.553)**

18.2 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Serviço de registro, certificação e inspeção	(12.261)	(4.995)	(1.803)	(257)
Serviços Jurídicos (i)	(2.606)	(8.553)	(428)	(5.078)
Depreciação e amortização	(101)	(6)	(101)	–
Gastos com pessoal	(9.898)	(1.333)	(22)	(518)
Prêmio por – PPC (ii)	(1.374)	(2.919)	–	–
Total de despesas	**(26.240)**	**(17.806)**	**(2.354)**	**(5.853)**

(i) A redução no exercício foi relacionada, principalmente, as despesas para acompanhamento de processos judiciais e administrativos, que na gestão anterior eram acompanhados pelo jurídico interno da Petrobras (antiga acionista) e em 2022 o trâmite jurídico já estava estruturado pela Companhia, reduzindo esses gastos. O decréscimo também reflete que no exercício de 2022 não houve custos adicionais relacionados a novas contratações no âmbito de projetos estratégicos conduzidos pela nova gestão, especialmente a emissão de debêntures, no montante de R$ 225 milhões, pela Breitener Holding, ocorrida em 05 de novembro de 2021, que objetivou financiar: (i) a aquisição de 100% do controle acionário da Breitener Energética e das SPEs pela Ceiba Energy; e (ii) o capital de giro da Breitener Holding, pois o trâmite ocorreu apenas no exercício anterior Além disso, o contrato de compartilhamento de custos foi encerrado, pois era gerido pela antiga acionista, Petrobras, do qual a Breitener deixou de integrar após a venda do Grupo Breitener. (ii) O Prêmio por Performance é um programa interno das empresas que visa oferecer remuneração variável a todos empregados com base no atingimento de metas da empresa e individuais acordadas no início de cada exercício. As premiações são pagas com base em faixas de remuneração e podem variar de 2 a 10 salários anuais por empregado.

19. Outras (despesas) receitas, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Gastos vinculados à revitalização da planta industrial (NE 1.1.1)	(24.266)	(20.532)	–	–
Reversão (constituição) de processos judiciais e administrativos	(37.117)			
Receita de locação terreno	2.199	154	–	–
Obrigações com P&D	(659)	(83)	–	–
Participação nos lucros e resultados	(1.374)	(70)	–	–
Amortização menos valia (i)	105.953	12.947	105.953	12.947
Perda de desvalorização no valor justo da aquisição (ii)	–	(640)	–	(640)
Outras	(222)	(318)	(881)	(26)
Total de custos dos serviços prestados	**44.514**	**(8.542)**	**105.072**	**12.281**

(i) Este saldo refere-se ao processo de Combinação de Negócios conforme nota explicativa nº 8.1. (ii) Este saldo refere-se à diferença entre o valor pago e o valor contábil, justificada pela rentabilidade futura, na aquisição de participação da Breitener.

20. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Receita de juros sobre o arrendamento mercantil financeiro	110.573	145.339	–	–
Receita juros sobre o contas a receber - Acordo judicial	–	61	–	–
Receita com recebíveis Nde ativos financeiros	10.637	587	2.820	161
Outras Receitas	19	219	–	105
	121.229	**146.206**	**2.820**	**266**
Despesas financeiras				
Despesa de juros contrato CCC-ISOL (NE 1.1.3)	–	(268)	–	–
Juros s/ debêntures (i)	(26.165)	(3.796)	–	(3.796)
Despesas financeiras	(193)	(578)	(193)	(578)
Perda por ajuste a valor justo	(684)	(12)	(684)	(12)
Outras despesas	(2.576)	387	(84)	(29)
	(29.618)	**(4.267)**	**(961)**	**(4.415)**
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	16.529	73	10	–
Variação cambial sobre fornecedores	(167)	218	–	–
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	–	40	–	–
Atualização monetária sobre CCCD	–	1.825	–	–
	16.362	**2.156**	**10**	–
Resultado financeiro	**107.973**	**144.095**	**1.869**	**(4.149)**

i) Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados nos termos da escritura de emissão.

21. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Valores pagos durante o exercício				
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte de terceiros	1.039	12.398	462	2.778

22. Processos judiciais e contingências

22.1 Processos judiciais provisionados: A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a: • Processos fiscais, destacando-se pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela receita federal. • Processo administrativo de fiscalização da ANEEL ao consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CCC-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados). Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
	2022	2021
Processos trabalhistas	23	–
Processos cíveis	37.337	–
Processos fiscais	1.168	1.020
Processos ambientais	–	398
Total	**38.528**	**1.418**
Passivo não circulante	38.528	1.418
Saldo inicial	1.418	7.389
Adição / (reversão), líquida	36.776	2.914
Utilização	–	(9.267)

	Consolidado	
	2022	2021
Atualização de juros	334	382
Saldo final	**38.528**	**1.418**

Em 2022, a movimentação refere-se, principalmente, em função do processo administrativo no 48500.004046-2012-35, instaurado em 09/07/2012 pela fiscalização da ANEEL, com o objetivo de apurar o consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CCC-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados) e a subsequente reposição da quantidade superior aos limites fixados pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte da Eletrobrás e aprovados pela ANEEL. Com relação especificamente à Breitener, a ANEEL concluiu pela obrigatoriedade de devolução do valor referente à quantidade de combustível que excedeu os limites do consumo eficiente, na seguinte proporção: 6.115 mil quilogramas de Óleo OC1A e PGE pela Breitener Jaraqui e proporção 10.721 mil quilogramas pela Breitner Tambaqui. Diante do cenário desfavorável, no dia 23 de janeiro de 2023, a Breitener requereu o adiamento do pedido de reconsideração quanto à decisão de mérito, contudo, tal pedido não foi deferido pela Diretoria da ANEEL. A Breitener efetuou a avaliação da causa junto ao jurídico e a Companhia entende que praticamente não há qualquer chance de reversão do resultado, considerando que a fase de apuração da quantidade de combustíveis também foi superada, após todas as manifestações e documentos apresentados, pode -se concluir que, enquanto não proferida decisão judicial com eficácia imediata ou que suspenda ou interfira no resultado dos processos administrativos 48500.005530/2016-13 e 48500.005531/2016-50, a Companhia entende ser adequada a constituição de passivo em face da Breitener. A última apuração da ANEEL indica o montante de R$ 34.431 para a Jaraqui e R$ 75.426 para a Tambaqui com risco de perda possível, R$ 13.502 para a Jaraqui e R$ 23.510 para a Tambaqui como provável, tendo sido efetuada suas respectivas provisões. Na preparação das demonstrações financeiras de 2022, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. Conforme o Contrato de Aquisição de Ações com a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A., os processos iniciados anteriormente à data da venda das Breiteners em que a Companhia for réu e tiver desfecho desfavorável à mesma serão objeto de reembolso pelo antigo acionista, a Petrobras. Na preparação das demonstrações financeiras de 2022, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. **22.2 Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado	
	2022	2021
Ativo não circulante		
Fiscais	2.210	2.200
Total	**2.210**	**2.200**

22.3 Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2022, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	Consolidado	
Natureza	**2022**	**2021**
Trabalhistas	3.685	2.432
Cíveis	124.366	-
Fiscais	32.306	23.497
Ambientais	6.263	5.566
Total	**166.620**	**31.495**

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

	31/12/2022	Estimativa 31/12/2021
Autor: União Federal		
1) Incidência de ICMS sobre transferência de imobilizado para o estado do Amazonas. Situação atual: A execução fiscal encontra-se suspensa, ante o deferimento de efeito suspensivo no processo de embargos à execução.	12.209	15.034
2) Trata-se de auto de infração cujo objeto é o lançamento de IRPJ e CSLL. Situação atual: Aguardando o julgamento da defesa administrativa apresentada pela Companhia.	7.170	5.993
3) Pedido de compensação referente ao saldo negativo do IRPJ, a título de retenções na fonte, do ano calendário 2009, não homologado pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência dos indébitos reclamados. Situação atual: Julgada improcedente a Manifestação de Inconformidade. Aguardando julgamento do Recurso Voluntário.	1.436	–
4) Pedido de compensação referente ao saldo negativo do CSLL, a título de retenções na fonte, do ano calendário 2009, não homologado pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência dos indébitos reclamados. Situação atual: Julgada improcedente a Manifestação de Inconformidade. Aguardando julgamento do Recurso Voluntário.	2.051	–
5) Pedido de compensação referente ao saldo negativo do IRPJ, a título de retenções na fonte, do ano calendário 2008, não homologado pela Receita Federal do Brasil, que alega a inexistência dos indébitos reclamados. Situação atual: Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (2ª instância administrativa). 1.983	1.983	–
6) Processos diversos de natureza fiscal	7.458	2.470
Total dos processos de natureza fiscal	**32.306**	**23.497**
Descrição do processo de natureza ambiental	**31/12/2022**	**Estimativa 31/12/2021**
Autor: Secretaria Municipal Meio Ambiente de Manaus		
1) Descumprimento de natureza 018/2013 e prática de ação causadora de degradação ambiental em APP - Área de Preservação Permanente. Situação atual: Aguardando julgamento da defesa administrativa apresentada pela Companhia.	6.263	5.566
Total dos processos de natureza ambiental	**6.263**	**5.566**
Descrição dos processos de natureza trabalhista	**31/12/2022**	**Estimativa 31/12/2021**
Autor: Wellington Barreto de Oliveira		
1) Trata-se de pagamento de horas extras e adicional noturno. Situação atual: Apresentado agravo de instrumento em recurso de revista no Tribunal Superior do Trabalho. Aguardando julgamento.	3.232	2.360
Autor: Outros		
1) Processos diversos de natureza trabalhista	453	72
Total dos processos de natureza trabalhista	**3.685**	**2.432**
Descrição do processo de natureza cível	**2022**	**Estimativa 2021**
Autor: ANEEL		
Refere-se ao processo administrativo de fiscalização da ANEEL ao consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CCC-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados). -Situação atual: Aguardando avaliação pela ANEEL.	109.857	–
Autor: União Federal		
1) Trata-se de ação ordinária, através da qual a Breitener pretende a declaração de nulidade dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPJE nº 03/2013. Situação atual: Pendente de análise da defesa administrativa.	11.538	8.506
2) Processos diversos de natureza cível.	2.971	2.393
Total dos processos de natureza cível	**124.366**	**10.899**

22.4 Contingências Ativas

22.4.1. Acordo judicial com a Amazonas Energia S.A - AmE e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: As subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, assinaram acordo judicial com a AmE e Eletrobras, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.2. Os valores acordados entre as partes, no montante de R$ 436.025, foram calculados de acordo com os parâmetros de atualização monetária e juros estabelecidos nas decisões judiciais proferidas em cada ação judicial. Com a assinatura do acordo judicial com a Amazonas Energia S.A e Eletrobras, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, resolvem os pleitos judiciais relacionados aos processos mencionados abaixo, todavia estes não serão extintos enquanto não cumpridas e satisfeitas integralmente as parcelas e demais obrigações atinentes ao contrato. **a) Reembolso Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCC-ISOL:** Ação de cobrança em face da Amazonas Energia e da Eletrobras, com o objetivo: (i) quanto às faturas futuras, reconhecer o direito de receber durante toda a execução dos contratos de suprimento de energia, o pagamento pela energia fornecida referente ao combustível com base no valor efetivamente reembolsado pela CCC/ISOL, determinando que a Amazonas Energia revisite e corrija as diferenças da CCC/ ISOL presumida e efetiva, bem como determinar que a metodologia contratual seja aplicada também ao consumo de Gás Natural para produção da energia elétrica contratada; e (ii) quanto às faturas pretéritas, determinar que sejam pagas as diferenças de faturamento decorrentes da utilização da metodologia equivocada e ilegalidades utilizadas para cálculo do pagamento pela energia fornecida referente ao combustível, sem prejuízo das sobrevierem no curso da ação, acrescidos de juros de mora e correção monetária. Houve sentença favorável às subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, e antes do acordo judicial aguardava-se julgamento no Superior Tribunal de Justiça. **b) Encargos Moratórios:** A subsidiária Breitener Jaraqui ajuizou ação declaratória cumulada com condenatória em face da Amazonas Energia e Eletrobras, por meio da qual pretendia o recebimento de encargos relativos a juros de mora e correção monetária referente ao atraso das faturas relativas ao contrato de fornecimento de energia, celebrado entre as partes, bem como das faturas inadimplidas, com a inclusão dos encargos legais, a partir de janeiro de 2009. Posteriormente, a subsidiária Breitener Tambaqui ingressou com uma nova ação de cobrança pelo mesmo motivo acima, para as faturas relativas ao período de abril de 2006 a dezembro de 2008. Em outubro de 2020, após ação transitada em julgado pelo Superior Tribunal Federal, com decisão favorável à Companhia, houve início do cumprimento da sentença para o pagamento de encargos sobre as faturas pagas em atraso relativas ao período de julho de 2009 a dezembro de 2018, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e juros de mora, não cabendo mais a possibilidade de recurso à Amazonas Energia. Após iniciada a fase de execução da sentença, as partes apresentaram petição conjunta para suspensão do prazo de execução, objetivando celebrar acordo para parcelamento da dívida. A subsidiária Breitener Tambaqui também ajuizou ação de cobrança pleiteando encargos moratórios referente a atraso das faturas vencidas no período de 2009 a 2012. No entanto, em agosto de 2017, foi celebrado acordo extrajudicial que prevê a quitação deste processo judicial, no montante de R$ 106.749, em 24 parcelas, e os pagamentos das parcelas, na forma de adiantamentos, foram iniciados em agosto de 2017. No entanto, a arrendatária decidiu não quitar as três últimas parcelas residuais, em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. As parcelas inadimplidas do acordo extrajudicial, foram incluídos no acordo judicial celebrado em abril de 2021. **c) Penalidades** Em 2015, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ajuizaram ação visando a cobrança das parcelas em aberto relativas ao preço do combustível referente à energia fornecida bem como a suspensão da aplicação de penalidade em razão de indisponibilidade de potência, a fim de garantir a totalidade do faturamento da energia contratada. Para esse processo judicial, houve sentença favorável as SPEs. Em 2019, após a queda da liminar, as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ingressaram com ação anulatória que busca declarar a ilegalidade de glosas realizadas pela Amazonas Distribuidora relativas às notas de outubro e novembro de 2018, decorrentes de penalidade por indisponibilidade de potência. A ação foi julgada improcedente, reconhecendo a legalidade da penalidade aplicada e, consequentemente, das glosas, condenando as SPEs ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Essa ação judicial não estava transitada e julgada até o acordo. Ressalta-se que, para fins do acordo judicial, as faturas glosadas na aplicação da penalidade foram consideradas em sua totalidade, de forma a equalizar os valores devidos por todas as partes. **d) Divergência nos valores de potência contratada:** Ação de cobrança referente a faturamentos a menor da potência contratada entre novembro de 2016 e março de 2017 em razão de aditivo contratual firmado entre as partes, no âmbito de contrato de suprimento de energia celebrado na modalidade Produtor Independente de Energia - PIE. Essa ação foi julgada parcialmente procedente, condenando as rés ao pagamento das diferenças apuradas no faturamento de suprimento do período de dezembro de 2016 a março de 2017. As partes interpuseram recurso especial, e até a data do acordo aguardava-se o julgamento do Superior Tribunal da Justiça. **22.4.2. Amazonas Geração e Transmissão de Energia - AmE-GT e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras: a) Penalidades:** Em dezembro de 2019 as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui ingressaram ação judicial contra a AmE-GT, por entender ser improcedente as glosas realizadas relativas as notas faturadas no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, devido a incapacidade de entregarem a totalidade da energia prevista no contrato (60MW mês), em função da queda da liminar que garantia o recebimento da totalidade do faturamento da energia contratada. Em 21 de março de 2022 foi arquivado o processo definitivamente, com a sentença julgada como improcedente, reconhecendo a legalidade das glosas. O transitado em julgado ocorreu em 09 de fevereiro de 2022. A ação judicial contra a AmE-GT não foi contemplada no acordo judicial com a Amazonas Energia S.A - AmE - e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Conforme divulgado na nota explicativa n.º 1, o controle da Amazonas Energia S.A - AmE foi transferido para iniciativa privada e os contratos de fornecimentos de energia foram cedidos à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (AmE-GT), pertencente ao grupo Eletrobras, em dezembro de 2018. Nesse contexto, o acordo judicial celebrado entre as subsidiárias Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui e a AmE / Eletrobras, conforme nota explicativa n.º 1.1.2, se limitou às operações durante o período que a AmE pertencia ao grupo Eletrobras. **Prática contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.1. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

23. Gerenciamento de riscos e investimentos financeiros

23.1. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. Durante os exercícios de 2022 e 2021 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia. **Ativos e passivos financeiros:** Todas as operações com instrumentos financeiros ativos e passivos, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Consolidado			Controladora		
	Mensuração	2022	2021	Mensuração	2022	2021
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	112.546	135.099	Custo amortizado	1.497	59.493
Contas a receber, líquidas	Custo amortizado	291.135	283.499	Custo amortizado	–	–
		403.681	**418.598**		**1.497**	**59.493**
Não circulante						
Partes relacionadas	Custo amortizado	45.500	947	Custo amortizado	45.500	947
Contas a receber, líquidas	Custo amortizado	120.124	154.128	Custo amortizado	9.054	–
Depósitos judiciais	Custo amortizado	2.210	2.200	Custo amortizado	–	–
		167.834	**156.328**		**54.554**	–
		571.515	**574.926**		**56.051**	**59.493**

	Consolidado			Controladora		
	Mensuração	2022	2021	Mensuração	2022	2021
Passivo Circulante						
Debêntures	Custo amortizado	82.984	6.200	Custo amortizado	–	6.200
Fornecedores	Custo amortizado	18.309	33.236	Custo amortizado	269	39
Outras contas a pagar	Custo amortizado	641	247	Custo amortizado	217	19
		101.934	**39.683**		**486**	**6.258**
Não circulante						
Debêntures	Custo amortizado	44.072	214.570	Custo amortizado	–	214.570
Contas a pagar de aquisição	Custo amortizado	49.717	40.522	Custo amortizado	40.522	40.522
Passivo contingente	Custo amortizado	178.152	192.588	Custo amortizado	178.152	192.588
Outras contas a pagar	Custo amortizado	621	952	Custo amortizado	621	632
		272.562	**448.632**		**219.295**	**448.312**
		374.496	**488.315**		**219.781**	**454.570**

23.2. Mensuração dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. O valor justo desses instrumentos financeiros é equivalente aos seus valores contábeis. **23.3. Gerenciamento de riscos:** A gestão da Companhia e de suas controladas são realizadas por seus diretores, segue uma política que visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **23.3.1 Risco cambial:** No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial. O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros. **23.3.2. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente ao contrato de fornecimento de energia, o qual tem suas parcelas corrigidas pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado – IGP-M e às aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **23.3.2.1 Risco de taxa de juros:** A Breitener efetuou a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros, levando em consideração a exposição líquida destes instrumentos financeiros, mantidos em 31 de dezembro de 2022. A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2023, a taxa IGP-M será de 3,70% e a taxa Selic será de 12,75%. Essa estimativa é baseada no relatório Focus no Banco Central do Brasil de 03 de abril de 2023. A análise efetuada pela Companhia demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros, após o efeito advindo de uma baixa na taxa de juros de 25% e 50% em relação ao cenário provável. As taxas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários, com efeitos de 25% e 50%, são demonstrados a seguir os aumentos em R$ mil:

						Consolidado
Operação	**Juros**	**Componente**	**Taxa de Juros**	**Cenário provável**	**Cenário 1**	**Cenário 2**
Arrendamento (ativo)	IGP-M	–	0,17%	3,70%	2,78%	1,85%
Debêntures (passivo)	Selic	CDI	13,75%	12,75%	9,56%	6,38%
Aplicação financeira	Selic	CDI	13,75%	12,75%	9,56%	6,38%

								Consolidado
Operação	**Taxa**	**% a.a.**	**Ativo**	**Passivo**	**Exposição líquida**	**Cenário Provável***	**Cenário 1**	**Cenário 2**
Arrendamento (ativo)	IGP-M	– 0,17%	372.045	–	372.045	13.766	10.324	6.883
Debêntures (passivo)	Selic	CDI 13,75%	–	127.056	127.056	16.200	12.150	8.100
Aplicação financeira	Selic	CDI 13,75%	99.283	–	99.283	12.659	9.494	6.329

(*) A análise de sensibilidade é baseada nas projeções das taxas conforme relatório Focus do Banco Central do Brasil de 03 de abril de 2023. **23.3.3 Risco de crédito:** A Companhia está expostas ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, e demais contas a receber em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa, equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. **23.3.4 Risco de Liquidez:** É o risco de a Companhia não dispõem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira, visando assegurar que exista caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **23.4. Seguros:** Para proteção de seu patrimônio, a Companhia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes. Em 09 de dezembro de 2022, a Breitener Energética celebrou contrato de seguro de riscos operacionais com a Starr International Brasil Seguradora S.A, tendo suas controladas, Breitener Tambaqui e Jaraqui, como suas cosseguradas, onde ficou estabelecida a garantia de indenização e ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, desde que ocorram em território nacional e durante o período de vigência do contrato, até o valor fixado na apólice. O período de vigência do seguro é compreendido entre 09 de novembro de 2022 até 09 de novembro de 2023, com limite máximo de garantia até o valor de R$ 200.000 para a Jaraqui e Tambaqui. O prêmio do seguro é de R$ 1.316 para cada uma das controladas, além de IOF de R$ 194, dos quais foram pagos R$ 376 até 31 de dezembro de 2022. Em 22 de dezembro de 2022, a Energética celebrou um novo contrato de seguro para suas controladas Tambaqui e Jaraqui, com a Axa Seguros S.A. O prêmio do contrato é de R$ 157, a ser quitado em 8 parcelas iguais de R$20, que iniciam em janeiro de 2023 e tem seu vencimento sempre ao dia 27. O limite máximo da garantia da apólice é de R$ 50.000.

24. Combinação de negócios

Em 9 de novembro de 2021, foi concluída a compra, pela Breitener Holding e Participações S.A., de 100% do capital social da Breitener Energética S.A., conforme documento "Certificado de Fechamento" assinado entre as partes que esclarece que as condições suspensivas foram cumpridas, principalmente quanto a: necessidade de avaliação e aprovação do CADE, não exercício de preferência pelos acionistas minoritários e obtenção de financiamento do preço de aquisição. Também nesta data foram praticados os seguintes atos: devolução da garantia financeira fornecida pela compradora, transferência da totalidade das ações à compradora, rescisão do contrato de compartilhamento de custos entre a Companhia e a vendedora, dentre outros. **Contraprestação transferida:** A contraprestação transferida de R$ 497.489 foi composta da seguinte forma:

Em milhares de Reais	31/08/2021
Parcela do principal (i)	264.336
Earn - out (ii)	39.944
Venda de motores (iii)	621
Obrigação por restituição (Ativo contingente) (iv)	192.588
Total da contraprestação transferida	**497.489**

i) Preço base de aquisição definido em agosto de 2021 ajustado pela correção definida em contrato e descontado o Leakage Petrobras (LP). ii) Valor presente do earn-out relacionado com a correção do contrato pelo IGP-M em 2023 e 2024 nos montantes de R$ 42.000 mil e R$ 14.800 mil, respectivamente, à taxa livre de risco de 10% ao ano (baseada na NTN-B), ambos com vencimento em 15 de julho de 2025. iii) Venda de motores (restituição do valor de 90% à Petrobras) – 13 motores Jenbacher. iv) Ativo fiscal registrado nas empresas e que foi excluído da negociação, devendo ser restituído à Petrobras quando da sua realização. **Ativos adquiridos e passivos assumidos** A tabela abaixo resume o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data base de 31 de outubro de 2021:

Em milhares de Reais	31/10/2021
Caixa e equivalentes de caixa	93.129
Clientes	287.949
Estoques	124.315
Impostos a recuperar	297.143
Outros créditos	663
Clientes - acordo judicial	22.043
Impostos diferidos	25.270
Depósitos judiciais	2.081
Imobilizado	8.291
Fornecedores de serviços	(42.328)
Obrigações trabalhistas	(5.858)
Obrigações tributárias	(104.934)
Outras contas a pagar	(8.788)
Dividendos a pagar	(6.436)
Empréstimos e financiamentos	(220)
Impostos e contribuições sociais diferidos	(185.192)
Provisões e contingências	(10.279)
Total dos ativos identificáveis, líquido	**496.849**

Mensuração de valor justo

As principais premissas no cálculo do valor justo do Contas a Receber de Arrendamento são: (i) Taxa de desconto nominal de 13,3%; As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Contas a Receber de Arrendamento	O contas a receber representa, substancialmente, o reconhecimento do arrendamento mercantil em virtude da entrega dos ativos e passivos ao final do contrato à Amazonas Energia S.A. Para o cálculo inicial considerou-se o faturamento relacionado com a obrigação de performance de disponibilidade de potência a valor presente por taxa de desconto intrínseca que equilibra o valor do ativo imobilizado líquido na data do reconhecimento inicial. O valor justo do contas a receber considera o reequilíbrio entre as obrigações de performance, ajustando o déficit da geração de receita (O&M).

Valor bruto do contas a receber de arrendamento, considerando o total dos montantes a receber até o final da vigência dos contratos é de R$ 787.411. Em 2022 a amortização da menos valia foi realizada no valor de R$ 105.953, sendo R$ 12.947 em 2022**1**, vide nota explicativa 19 - Outras (despesas) receitas, líquidas., referente ao "PPA" Purchase price allocation de 2021. O valor reduz o montante a receber referente ao ativo de arrendamento.

Ágio

Em milhares de Reais	31/10/2021
Contraprestação transferida	497.489
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(496.849)
Parcela não alocada (goodwill)	**640**

O ágio é atribuído principalmente ao contrato, que prevê a geração de energia e disponibilidade de potência das empresas operacionais Breitener Energética S.A que possuem com a Amazonas Energia. S.A, e que são controladas pela Breitener Holding e Participações S.A. **Contribuição na receita e resultado:** Devido a aquisição da Breitener Energética S.A. o resultado da Holding teve um acréscimo de receita em R$ 45.844 e o resultado líquido em R$ 9.391 durante o período de outubro de 2021 a dezembro de 2021. Se a Energética tivesse sido consolidada a partir de 1º de janeiro de 2021, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida proforma de R$ 275.066 e lucro líquido proforma de R$ 56.348. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

25. Eventos Subsequentes

Em 05 de janeiro de 2023, em uma reunião de diretoria, a Companhia deliberou sobre o reembolso por parte da subsidiária integral Breitener Energética S.A. de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única nos termos da Lei nº 6.385 e Instrução CVM nº 467. Assim, ficou deliberado que a Companhia possa receber os recursos da Breitner Energética no valor total de R$18.044, a título de reembolso do pagamento das 02 (duas) primeiras parcelas de amortização das Debêntures em 09 de dezembro de 2021 e 09 de janeiro de 2022. Em 23 de janeiro de 2023, a Breitener requereu o adiamento do pedido de reconsideração quanto à decisão de mérito formalizada quanto ao processo administrativo no 48500.004046-2012-35, instaurado em 09 de julho de 2012 pela fiscalização da ANEEL, com o objetivo de apurar o consumo e gestão dos estoques de combustíveis nas usinas beneficiárias da CCC-ISOL (Conta de Consumo de Combustíveis nos Sistemas Isolados) e a subsequente reposição da quantidade superior aos limites fixados pelo Grupo Técnico Operacional da Região Norte da Eletrobrás e aprovados pela ANEEL, sob o argumento de que o processo judicial no 0016572-94.2013.4.01.3400, no qual foi proferida sentença parcialmente procedente e que se encontra em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 1a Região - o qual discute a aplicabilidade da Resolução Normativa no 427/2011 - poderia interferir no desfecho do processo administrativo, configurando-se relação de prejudicialidade externa, motivo pelo qual dever-se-ia aguardar a finalização do processo judicial. Contudo, tal pedido não foi deferido pela Diretoria da ANEEL. Tal cenário culminou no entendimento da Companhia de efetuar a provisão do montante envolvido na causa, diante da expectativa de perda do processo, vide nota explicativa 22.1, além da divulgação dos valores avaliados com risco de perda possível, divulgados na nota explicativa 22.2. Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia avaliou os impactos desta decisão e concluiu que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na destinação do resultado do exercício em decorrência de tal decisão do STF. A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de janeiro de 2023, deliberou sobre a ratificação do empréstimo realizado por meio de mútuos sem juros entre a Companhia e a Portocem Geração de Energia S.A., conforme demonstrado abaixo: i. Mútuo sem juros realizado entre a Portocem, na qualidade de mutuária, e a Companhia, na qualidade de mutuante, celebrado em 01 de fevereiro de 2022, no valor de R$ 4.100, com vencimento previsto em 31 de dezembro de 2023 ("Mútuo nº 1"); ii. O mútuo sem juros realizado entre a Portocem, na qualidade de mutuária, e a Companhia, na qualidade de mutuante, celebrado em 04 de agosto de 2022, no valor de R$ 39.544, com vencimento previsto em 31 de dezembro de 2023 ("Mútuo nº 2" e, em conjunto com o Mútuo nº 1, "Mútuos"); e iii. O recebimento pela Companhia de recursos da Portocem no valor total de R$ 100, em 31 de outubro de 2022, a título de amortização antecipada e parcial do Mútuo nº 1 ("Primeira Amortização"). Em 22 de maio de 2023, a Breitener Holding liberou R$ 80.344 em parcelas do contrato de mútuo para a Portocem.

Conselho de Administração

Ramon Andres Lafee Espinoza – Conselheiro
Javier Antonio Marrero Castells – Conselheiro
Emilio Alberto Vicens – Conselheiro

Diretoria Executiva

Paulo Alexandre Macedo de Almeida – Diretor Presidente
Paula Barcellos Loureiro – Diretora Jurídico

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Breitener Holding e Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Breitener Holding e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Breitener Holding e Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Breitener Holding e Participações S.A. e da Breitener Holding e Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Arrendamento (Notas 1, 4.5, 6 e 11):** A controlada Breitener Energética S.A. ("Breitener Energética" ou "controlada") possui contrato de fornecimento de energia com a Eletronorte S.A. que contém um arrendamento financeiro, onde a controlada atua como arrendadora de uma usina termoelétrica. A Breitener Energética é responsável pela operação e manutenção da usina de energia. O contrato prevê, ao seu término, a transferência de propriedade ou controle do ativo ao arrendatário, sendo os bens revertidos para a Eletronorte S.A. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente ao contas a receber de arredamento é de R$ 372.405 mil. Em razão dos julgamentos exercidos na classificação do arrendamento e na mensuração da contraprestação dos valores de arrendamento, bem como o cálculo do ajuste a valor presente destas contraprestações referente ao contrato de arrendamento, que podem impactar o valor das receitas de juros do arrendamento e contas a receber, o tema foi considerado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação dos contratos de arrendamentos. Também efetuamos leitura do contrato de fornecimento de energia, que contém o arrendamento, e avaliamos sua classificação como arrendamento financeiro face à transferência do ativo ao cliente. Testamos a exatidão matemática do cálculo dos juros e da atualização monetária no exercício. Verificamos o efetivo recebimento das parcelas do contrato durante o exercício. Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas na determinação do valor dos arrendamentos a receber e sua apresentação nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. **Outros assuntos: Valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 20 de abril de 2023, expressa uma opinião com ressalva devida à discordância com a administração quanto à adequação do reconhecimento dos efeitos da combinação de negócio, de acordo com os requerimentos do CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, ocorrida durante o exercício de 2021. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2022, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2021, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2021 tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de janeiro, 7 de julho de 2023

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Patricio Marques Roche
Contador
CRC 1RJ081115/O-4

Contador

Romualdo de Freitas
Contador - CRC-AM 016541/O AM

Manhã Tarde Noite 29º 19º 5% 06:18 17:38 **INVERNO:** Sol com poucas nuvens. Não chove.

Rio de Janeiro

ZONA OESTE

Quadrilha falsifica documentos de compra e venda de terrenos

Uma quadrilha envolvida em estelionato na compra e venda de imóveis e falsificação de documentos sofreu busca e apreensão da Polícia Civil na zona oeste do Rio de Janeiro, ontem.

As investigações começaram a partir da prisão em flagrante de dois homens, em maio deste ano, quando tentavam aplicar um golpe milionário e vender um grande terreno por R$ 3,5 milhões, no Recreio dos Bandeirantes, segundo a Polícia Civil.

A quadrilha falsificou e registrou alterações no contrato social de uma empresa, a real proprietária do lote, e transferiu a titularidade e a administração da firma para o nome de terceiros.

Para obterem vantagem econômica indevida, os autores passaram a oferecer o terreno para que uma empresa o comprasse, explicou a Polícia Civil. No entanto, os golpistas não sabiam que o representante da firma para a qual estavam oferecendo o lote era também o responsável da empresa que teve o contrato social fraudado e, portanto, o real proprietário.

Ao receber a documentação do terreno oferecido e da pessoa jurídica proprietária, o legítimo dono descobriu que alterações contratuais foram feitas em nome de sua empresa, sem seu conhecimento e dos demais sócios.

A vítima continuou negociando com os golpistas e marcou um encontro para tratar de assuntos sobre o terreno com a pessoa que falsamente constava como titular da sua empresa. Durante a reunião, os criminosos foram surpreendidos pelos policiais.

Segundo os agentes, alguns suspeitos já vinham sendo investigados por crimes semelhantes, indicando a existência de uma quadrilha que atua especificamente nesses tipos de golpes. As diligências continuam para identificar outros integrantes da organização e beneficiários das fraudes milionárias.

Dez mandados de busca e apreensão foram cumpridos na Barra da Tijuca e Jacarepaguá e no centro da capital. Até o momento, os agentes apreenderam celulares, tablets, documentos e dois automóveis.

BANGU

Agente tenta entrar com celulares e até cerveja em presídio

Com 13 celulares, cerca de cem chips telefônicos em uma caixa de fósforo, além de drogas e cervejas, um policial penal foi preso na manhã de ontem, ao tentar ingressar no Complexo Penitenciário de Bangu, zona oeste do Rio de Janeiro.

A apreensão ocorreu no momento em que uma revista era feita para ingresso no plantão. O nome do agente não foi divulgado e, segundo a Polícia Civil, ele não quis se manifestar.

Em nota, a Seap (Secretaria de Administração Penitenciária) afirmou que intensificou a fiscalização nas portarias, inclusive na entrada de servidores.

A secretaria informou que o servidor pretendia ingressar no Instituto Plácido Sá Carvalho, uma das unidades do complexo penitenciário. "A Seap encaminhou o servidor para a 34ª DP (Bangu) e vai abrir um Processo Administrativo Disciplinar para apurar as responsabilidades do policial penal no ocorrido", disse. Ainda não se sabe se o servidor recebeu dinheiro para entrar com o material na cadeia.

CENTRO DA CIDADE

Casarão do governo do RJ desaba após 9 notificações da Defesa Civil

Um casarão de propriedade do governo do Rio de Janeiro desabou durante as fortes chuvas de segunda-feira passada no centro da capital fluminense. As péssimas condições do imóvel levaram a Defesa Civil a notificar a gestão estadual.

O sobrado fica na rua Senhor dos Passos 254, coração do Saara, região de comércio popular do centro da cidade. De acordo com a Defesa Civil, ninguém ficou ferido.

A Defesa Civil municipal afirma ainda que esteve por nove vezes, desde 2018, no imóvel apontando fragilidades da edificação. A última vistoria ocorreu em março deste ano.

"Diversas providências foram solicitadas em função da falta de conservação do imóvel. Cabe explicar que a responsabilidade pelos reparos é do proprietário. Portanto, não cabe a Defesa Civil realizar qualquer tipo de intervenção no imóvel, uma vez que o mesmo possui proprietário e é dele a responsabilidade cível e criminal quando se comporta de maneira negligente em relação a edificação", afirmou o órgão municipal.

Em nota, o Rioprevidência, autarquia estadual que é a proprietário do casarão, afirmou que "a recuperação do referido imóvel está em processo de licitação, cujas tratativas emergenciais estão sendo finalizadas, com participação da Emop (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro)."

Em janeiro, outro imóvel do Rioprevidência desabou no centro. O acidente ocorreu na Travessa do Mosqueira, próximo aos Arcos da Lapa, um dos pontos turísticos mais movimentados da cidade durante a noite.

A Defesa Civil municipal afirma ainda que esteve por nove vezes, desde 2018, no imóvel apontando fragilidades da edificação.

PRESTIGE COMÉRCIO DE COSMÉTICOS S.A.
CNPJ: 20.737.734/0001-65
Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária:
PRESTIGE COMÉRCIO DE COSMÉTICOS S.A. - Convocação Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: **EVELYSE BRITTO**, portadora do CPF nº. 018.557.537-40, no uso de suas atribuições, convoca todos os acionistas da Companhia em referência, para reunirem-se em Assembleia de Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de agosto de 2023, na Avenida das Américas, n.° 3.500, bloco 01, salas 308 e 310, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22.640-102, sede da Cia, em primeira convocação às 10:00 horas, necessitando a presença dos titulares de 1/4 do capital social e em segunda convocação às 10h30min, com qualquer número, para deliberarem sobre: ORDEM DO DIA: Apreciação, discussão e deliberação dos itens: 1) Aprovação das contas dos administradores, demotracoes financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023 2) destinação e/ou pagamento da reserva de lucros a realizar e dos dividendos adicionais propostos 3) Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2023. Evelyse Britto, Diretora e acionista.

SOCIEDADE COOPERATIVA COOBANCAP - COOPERATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS EM GERAL
CNPJ 23.680.476/0001-16 - NIRE 33400054521
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Diretor Presidente da **SOCIEDADE COOPERATIVA COOBANCAP - COOPERATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS EM GERAL**, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os Cooperados Associados para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada em nossa sede no dia **26 de agosto de 2023**, em primeira convocação às **09h00min** com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de Cooperados Associados, em segunda às **10h00min** com metade mais 01 (um)do número total de Cooperados Associados e em terceira e última às **11h00min** Convocação com a presença mínima de 10 (dez) Cooperados Associados para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **Assembleia Geral Extraordinária**: **1**. Saída de Cooperados Associados; **2.** Eleição do Novo Mandato da Diretoria.
São Gonçalo/RJ, 15 de agosto de 2023.
MARCELO REIMÃO ÁKERMAN
DIRETOR PRESIDENTE

GUERRA

Chefe de gabinete da Otan sugere que Ucrânia ceda terra à Rússia

Em mais uma manifestação pública de desconfiança acerca dos rumos da contraofensiva ucraniana contra a invasão russa iniciada em 2022, o chefe de gabinete do secretário-geral da Otan afirmou ontem que a entrada de Kiev na aliança militar ocidental pode ocorrer se houver concessões territoriais a Moscou.

"Acho que uma solução poderia ser a Ucrânia desistir de território e obter à adesão à Otan em troca", afirmou Stian Jenssen, que trabalha para o chefe da aliança, o também norueguês Jens Stoltenberg, desde 2017. Sua fala foi em resposta a jornalistas em um debate sobre a guerra em Arendel, em seu país natal, e foi noticiada por órgãos como o site VG.

Jenssen ainda ponderou, dizendo que a posição do chefe é a que vale: que cabe à Ucrânia decidir o momento e os termos em que aceitará negociar com Vladimir Putin. O presidente Volodimir Zelenski insiste em que isso só ocorrerá com a desocupação de todas as terras pelos russos, incluindo na conta a Crimeia anexada sem luta em 2014.

O Kremlin dá de ombros a isso, como a renovada campanha de ataques aéreos e a sua própria ofensiva no nordeste ucraniano provam. As dificuldades de Kiev na contraofensiva iniciada com apoio material e treinamento da Otan em junho apenas adensam o clima para Zelenski.

O chefe de gabinete não tem poder executivo, mas é o mais próximo colaborador de Stoltenberg. Assim, sua fala foi pessimamente recebida pelos ucranianos como uma ofensa "absolutamente inaceitável", nas palavras do porta-voz da chancelaria local, Oleg Nikolenko.

"Sempre se assumiu que a aliança, assim como a Ucrânia, não comercializa territórios. A participação consciente ou inconsciente de autoridades da Otan na formação dessa narrativa joga pelas mãos da Rússia", afirmou no X, a rede social antes chamada de Twitter.

Jenssen não falava sobre condições para o fim da guerra especificamente, mas sim sobre termos de adesão da Ucrânia à Otan, um dos motivos alegados por Putin para a invasão --os russos não querem a presença militar adversária na sua maior fronteira ocidental, embora já tenham conseguido dobrar a área de contato com a entrada da Finlândia no clube liderado pelos EUA devido justamente à guerra.

"Não estou dizendo que tem que ser assim, mas que pode ser uma solução possível", afirmou.

"É importante que discutamos nosso caminho para isso. É do interesse de todos que a guerra não se repita", disse. "A Rússia está lutando enormemente do ponto de vista militar, e parece irreal que eles possam tomar novos territórios. Agora é mais uma questão de saber o que a Ucrânia consegue recuperar", afirmou.

Ele se referia à contraofensiva. Hoje, o Kremlin ocupa cerca de 20% da Ucrânia e, mais importante, estabeleceu o que os nacionalistas russos chamam de Nova Rússia, a área que liga o país ao Donbass (leste ucraniano, já parcialmente em mãos de Moscou desde 2014) à Crimeia, passando pelas regiões do sul Zaporíjia e Kherson.

O tom de Jenssen eleva o nível de questionamentos sobre a fé ocidental no sucesso de Kiev. Pelos relatos disponíveis, houve venda de otimismo excessiva por parte de Zelenski e boa vontade idem na Otan.

A questão da adesão à aliança, hoje com 31 membros e a Suécia na fila de espera por cortesia da Turquia, é sensível. Na cúpula do clube em Vilnius (Lituânia), em julho, Zelenski queixou-se publicamente de não haver sinais claros sobre como o processo ocorreria.

A resposta foi: vai depender das condições que você cumprir, e só depois da guerra, dado que é impossível do ponto de vista estatutário a Otan aceitar um membro em conflito sem entrar em combate imediatamente contra o adversário. A palavra final foi dos EUA, sócio sênior do clube, com apoio de países de peso como Alemanha e França.

Reino Unido e membros do Leste Europeu se mostraram mais abertos a apresentar um cronograma para a entrada, mas isso ficou restrito à derrubada de algumas etapas burocráticas se e quando a guerra acabar. Zelenski saiu frustrado, e as recriminações dele e de seus aliados vêm sendo contestadas no Ocidente, que o apoia mas não sugere em declarações de autoridades que o ucraniano é ingrato.

EUA

Donald Trump vira réu pela quarta vez

Apenas duas semanas após ser denunciado por tentar reverter sua derrota nas eleições de 2020, o ex-presidente americano Donald Trump tornou-se réu mais uma vez na segunda-feira passada. É o quarto processo criminal ao qual o republicano responde.

Além de Trump, mais 18 aliados foram acusados mesmo processo, resultado de uma investigação iniciada em fevereiro de 2021. Entre eles, o advogado e ex-prefeito de Nova York Rudy Giuliani e o ex-chefe de gabinete Mark Meadows.

Entre os crimes supostamente cometidos, o primeiro listado pela procuradoria é violação de uma legislação estadual usada contra o crime organizado, conhecida como Rico.

A nova acusação, divulgada tarde da noite, diz respeito às supostas tentativas de Trump e aliados de interferir no resultado eleitoral da Geórgia, onde o republicano foi derrotado pelo democrata Joe Biden por uma diferença de 0,02 ponto percentual.

"Veja, tudo o que quero fazer é isso: só quero encontrar 11.780 votos, um a mais do que nós temos (de diferença). Porque nós ganhamos o estado (da Geórgia)", afirmou o republicano em uma hoje famosa ligação à principal autoridade eleitoral local, o secretário estadual Brad Raffensperger. Uma gravação da conversa veio à público em janeiro de 2021.

"Bem, sr. presidente, o desafio que o senhor tem é que os dados que o senhor tem estão errados", disse o secretário.

O número pedido por Trump é exatamente o necessário para que ele ultrapassasse Biden no estado-pêndulo, como são chamados aqueles que oscilam entre democratas e republicanos.

O ex-presidente e aliados também afirmaram diversas vezes, sem provas, que houve fraude eleitoral no estado. Em um tuíte publicado em seu perfil oficial em 1º de dezembro de 2020, Trump pediu que o governador da Geórgia, o também republicano Brian Kemp, "fizesse algo" e cancelasse a eleição. "Você permitiu que o seu estado fosse enganado", escreveu.

ALIADOS DE CRIME

Wassef comprou Rolex nos EUA para 'livrar' Bolsonaro

O advogado Frederick Wassef afirmou ontem que comprou nos Estados Unidos, com a intenção de entregar às autoridades do governo brasileiro, um relógio dado de presente ao ex-presidente Jair Bolsonaro, mas ressaltou que a decisão foi pessoal e lícita.

Wassef mudou de tom em relação à declaração dada, por meio de nota, no último fim de semana, quando afirmou que era alvo de mentiras e de uma "campanha de fake news". Na ocasião, ele não mencionava sua participação na compra do relógio.

O advogado, que defende o ex-presidente em alguns processos na Justiça, foi um dos alvos de operação da Polícia Federal na última sexta-feira deflagrada para apurar um esquema de venda de joias recebidas no governo anterior.

A PF considera Wassef suspeito de integrar uma "operação resgate" de um relógio de luxo que tinha sido vendido nos Estados Unidos e que, por ordem do TCU (Tribunal de Contas da União), precisaria ser devolvido por Bolsonaro ao governo federal.

"Eu comprei o relógio. A decisão foi minha. Usei meus recursos, eu tenho a origem lícita e legal dos meus recursos. Eu tenho conta aberta nos Estados Unidos, em um banco em Miami, e usei do meu dinheiro para pagar o relógio. Então, o meu objetivo quando eu comprei esse relógio era exatamente para devolver à União, ao governo federal do Brasil, à Presidência da República, e isso inclusive, por decisão do Tribunal de Contas da União", disse Wassef em entrevista em São Paulo.

No último domingo, Wassef divulgou nota dizendo ser "alvo de mentiras" e negou participação em esquema de venda de joias por Bolsonaro e aliados.

"Nunca vendi nenhuma joia, ofereci ou tive posse. Nunca participei de nenhuma tratativa, e nem auxiliei nenhuma venda, nem de forma direta ou indireta. Jamais participei ou ajudei de qualquer forma qualquer pessoa a realizar nenhuma negociação ou venda", disse ele na ocasião.

Na nota divulgada no domingo, Wassef dizia ainda que só tomou conhecimento da existência das joias no início deste ano pela imprensa, que ligou para Bolsonaro e por ele foi autorizado a fazer uma nota à imprensa sobre o caso.

De acordo com relatório da PF, o Rolex Day-Date tinha sido vendido nos Estados Unidos para a empresa Precision Watches e foi "recuperado" por Wassef no dia 14 de março. O advogado, ainda segundo a polícia, retornou com o bem para o Brasil em 29 de março e, em 2 de abril, o repassou ao tenente-coronel Mauro Cid em São Paulo. O kit de joias completo foi entregue à Caixa Econômica Federal em 4 de abril.

Na investigação, foi anexado documento que mostra um comprovante de depósito de US$ 68 mil em junho de 2022, referente a dois relógios, no mesmo dia em que Mauro Cid foi à sede da Precision Watches, na Pensilvânia.

Para a PF, o advogado de Bolsonaro atuou com o objetivo de "escamotear, das autoridades brasileiras, a evasão e a venda ilícitas dos bens no exterior", juntamente com Cid. O oficial militar, que está preso desde maio, foi ajudante de ordens de Bolsonaro.

CONGRESSO

Presidente da CPMI descarta investigar joias de Bolsonaro por falta de elo com ataque golpista

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.
CNPJ/ME nº 05.982.449/0001-16 - NIRE 29.300.027.391

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15/02/2023 - 1. Data, Hora e Local: Realizada em 15/02/2023, às 10hs, na sede social da Energética Serra da Prata S.A., localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1801 (parte), Botafogo, CEP 22250-040 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: Dispensada a publicação do edital de convocação, em conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), considerando a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, a saber, Enerbrás Centrais Elétricas S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 04.287.373/0001-46 ("Acionista"), conforme registro de presença lavrado em livro próprio, a qual é titular da totalidade das ações ordinárias e das ações preferenciais de emissão da Companhia. **3. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sra. Rodrigo Costa Rocha e secretariados pela Sra. Ana Paula Bacaltchuc de Salles Fonseca. **4. Ordem do Dia**: A Acionista da Companhia compareceu para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** a alteração da forma da composição da diretoria da Companhia; **(ii)** a criação do conselho de administração da Companhia, com a consequente eleição de seus membros; **(iii)** a conversão de 2.638.380 (duas milhões, seiscentas e trinta e oito mil e trezentas e oitenta) ações preferenciais de emissão da Companhia em 2.638.380 (duas milhões, seiscentas e trinta e oito mil e trezentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, sem alteração do valor do capital social; **(iv)** a reforma e consolidação do estatuto social da Companhia; e **(v)** a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações aprovadas na presente assembleia geral extraordinária. **5. Deliberações**: Instalada a assembleia, após o exame, a discussão e a votação das matérias constantes da ordem do dia, a Acionista deliberou, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **(i)** Aprovar a alteração da forma de composição da diretoria da Companhia, de forma que a diretoria da Companhia seja composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos denominados diretores sem designação específica, de forma que o artigo 19º do estatuto social da Companhia vigente até a presente data passe a vigorar de acordo com a redação do novo artigo Décimo Quinto e seguintes, conforme redação constante do Anexo II à presente ata, consoante reforma do estatuto social aprovada no termos do item (iv) abaixo; **(ii)** Aprovar a criação do conselho de administração da Companhia, composto por 3 (três) membros, de modo que o estatuto social da Companhia passe a incluir os novos artigos Décimo Terceiro e Décimo Quarto, conforme redação constante do Anexo II à presente ata, consoante reforma do estatuto social aprovada no termos do item (iv) abaixo; **(ii.a)** Ato contínuo, a Acionista aprova a eleição dos seguintes indivíduos para compor o conselho de administração da Companhia, com um mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da presente data, permitida a reeleição: **(a) José Guilherme Cruz Souza**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade (RG) nº 835772, expedida pela SSP/ES, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o nº 003.669.617-05, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22431-002, no cargo de Conselheiro; **(b) Rodrigo Costa Rocha**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade (RG) nº 064842263, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22431-002, no cargo de Conselheiro; e **(c) Cynthia Sisconetto Lemos**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade (RG) nº 109151308, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 929.477.003-68, residente e domiciliada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22431-002, no cargo de Conselheira. **(ii.b)** Os membros do conselho de administração ora eleitos foram investidos em seus respectivos cargos na presente data, mediante a assinatura dos competentes termos de posse lavrados em livro próprio e arquivados na sede da Companhia, os quais também constam do Anexo I desta ata, tendo os referidos membros do conselho de administração declarado que, nos termos da legislação aplicável, não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade; ou ainda por declaração de inabilitação por ato da Comissão de Valores mobiliários (CVM) e atendem aos requisitos de reputação ilibada estabelecidos pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei das S.A.; **(ii.c)** Aprovar que não haverá remuneração para os conselheiros no exercício social de 2023, tendo em vista a renúncia apresentada pelos conselheiros nesta data à sua remuneração na Companhia; **(iii)** Considerando a aprovação prévia da Acionista, enquanto titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, aprovar, sem alteração do valor do capital social, a conversão de 2.638.380 (duas milhões, seiscentas e trinta e oito mil e trezentas e oitenta) ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pela Acionista, em 2.638.380 (duas milhões, seiscentas e trinta e oito mil e trezentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ora criadas, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para cada 1 (uma) nova ação ordinária, cuja titularidade permanecerá da Acionista, de forma que o Artigo Quinto do estatuto social da Companhia passe a vigorar de acordo com a redação constante do Anexo II à presente ata, consoante reforma do estatuto social aprovada no termos do item (iv) abaixo; **(iv)** Aprovar a reforma integral do estatuto social da Companhia, que passa a vigorar de acordo com a redação disposta no Anexo II; e **(v)** Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos e adotarem todas as medidas necessárias para dar cumprimento e formalizar as deliberações aprovadas na presente assembleia geral, de acordo com a lei aplicável, incluindo, sem limitação, a assinatura de documentos relacionados. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, na forma de sumário, a qual foi lida e, uma vez aprovada, foi assinada pelos presentes. **Mesa**: Rodrigo Costa Rocha – presidente; e Ana Paula Bacaltchuc de Salles Fonseca – secretária. **Acionista**: Enerbrás Centrais Elétricas S.A. *Certifico que esta ata confere com a original lavrada em livro próprio.* Rio de Janeiro, 15/02/2023. Mesa: **Rodrigo Costa Rocha** - Presidente; **Ana Paula Bacaltchuc de Salles Fonseca** - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 03/08/2023 sob o nº 00005611072, Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Presidente da CPMI do 8 de janeiro, o deputado Arthur Maia (União Brasil-BA) disse ontem que não deve inserir nas apurações da comissão as suspeitas de desvio de joias entregues por autoridades estrangeiras ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A Polícia Federal deflagrou uma operação na última sexta-feira para apurar suposto esquema de desvio ao acervo privado de Bolsonaro de joias presenteadas por autoridades estrangeiras, além da tentativa de venda dos itens de luxo.

"Não consigo enxergar nenhum nexo de causalidade nem de relação com o que aconteceu no dia 8 de janeiro e com um presente que eventualmente, não estou dizendo que isso aconteceu, o presidente teria recebido, e que ao invés de declarar, tomou como pessoal", disse o presidente da CPI.

A relatora da CPI, Eliziane Gama (PSD-MA), disse que vai insistir na inclusão do caso das joias nos trabalhos da comissão. "Uma das buscas da CPI é entender quem financiou os atos antidemocráticos", afirmou a senadora.

Maia descartou avaliar o caso das joias após o deputado Duarte Junior (PSB-MA) sugerir que a comissão se debruçasse sobre o tema. Ele também pediu quebra de dados telemático e fiscal do ex-presidente.

"Não vou entrar nisso, isso não tem nada a ver com o 8 de janeiro", disse o presidente da CPI. O deputado afirmou que outra CPI poderia tratar do tema, desde que haja assinaturas suficientes para abrir esta comissão.

Duarte Junior argumentou que a CPI deveria avaliar, entre outros pontos, se a venda das joias teria como objetivo financiar atos antidemocráticos.

Já a relatora da CPI disse que a comissão "precisa entender" se os valores citados em negociações feitas pelo tenente-coronel Mauro Cid, ex-chefe dos ajudantes de ordem de Bolsonaro, foram usados na articulação das manifestações.

Para os investigadores, mensagens de auxiliares de Bolsonaro mostram que havia um esquema para viabilizar o enriquecimento ilícito do ex-presidente.

LIBERDADE

Supremo mantém condenação a jornal por fala de entrevistado

O STF (Supremo Tribunal Federal) chegou a um impasse para definir uma tese em um caso relacionado com a liberdade de expressão e de imprensa.

Os ministros julgam se e em quais casos um veículo de comunicação pode ser condenado a pagar danos morais quando um entrevistado imputa, de forma falsa, a prática de um ato ilícito a alguém. O tema decorre de uma ação de repercussão geral, que pode incidir sobre casos semelhantes.

No caso concreto que provocou a discussão --um pedido de indenização contra o jornal Diário de Pernambuco por uma entrevista publicada em 1995--, o STF manteve por 9 votos a 2 uma condenação do STJ (Superior Tribunal e Justiça) contra o veículo.

O julgamento começou em 2020, em plenário virtual, e foi paralisado duas vezes por pedidos de vista (mais tempo para análise).

Apesar de ter condenado o jornal, o Supremo não conseguiu firmar uma tese que se aplique aos outros casos, em razão de divergências entre os ministros.

A previsão agora é de que haja um novo julgamento, sem data prevista, para que os integrantes da corte entrem em consenso ou cheguem a uma maioria a respeito de uma tese relacionada ao tema.

O processo que chegou ao Supremo trata da disputa do ex-deputado Ricardo Zarattini Filho, que já morreu, contra o jornal Diário de Pernambuco.

O deputado foi à Justiça contra o jornal devido a uma entrevista na qual o delegado Wandenkolk Wanderley, também já falecido, dizia que Zarattini tinha participado do atentado a bomba no Aeroporto dos Guararapes, de Recife, em 1966.